

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
UNIDADE SANTANA DO LIVRAMENTO
CURSO DE BACHARELADO EM AGRONOMIA**

JUNIOR PEDROSO PICOLLO

**MERCANTILIZAÇÃO E ESTILOS DE AGRICULTURA DOS PRODUTORES DE
LEITE ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA EM SANTANA DO
LIVRAMENTO - RS**

SANTANA DO LIVRAMENTO

2019

JUNIOR PEDROSO PICOLLO

**MERCANTILIZAÇÃO E ESTILOS DE AGRICULTURA DOS PRODUTORES DE
LEITE ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA EM SANTANA DO
LIVRAMENTO - RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título de
Bacharelado em Agronomia na Universidade
Estadual do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Zamboni Neske

SANTANA DO LIVRAMENTO

2019

Catlogação de Publicação na Fonte

P598m	<p>Picollo, Junior Pedroso. Mercantilização e estilos de agricultura dos produtores de leite assentados da reforma agrária em Santana do Livramento - RS/ Junior Pedroso Picollo. – Santana do Livramento, 2020. 81 f.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Márcio Zamboni Neske.</p> <p>Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Curso de Agronomia, Unidade em Santana do Livramento, 2020.</p> <p>1. Mercantilização Agrícola. 2. Agricultura Familiar. 3. Estilos de Agricultura. I. Neske, Márcio Zamboni. II. Título.</p>
-------	---

JUNIOR PEDROSO PICOLLO

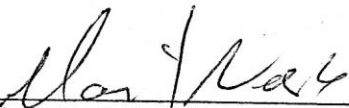
**MERCANTILIZAÇÃO E ESTILOS DE AGRICULTURA DOS PRODUTORES DE
LEITE ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA EM SANTANA DO
LIVRAMENTO - RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título de
Bacharelado em Agronomia na Universidade
Estadual do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Zamboni Neske

Aprovada em: 11/12/2019

BANCA EXAMINADORA:



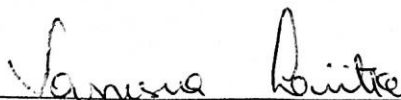
Orientador: Prof. Dr. Márcio Zamboni Neske

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS



Prof. Dr. Cláudio Becker

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS



Esp. Vanessa Lütke

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS

Dedico esta monografia, aos meus amados pais Danilo e Ana, que com muito amor transmitiram os valores e os princípios que me precedem, e nunca mediram esforços para me apoiar nesta trajetória.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a deus, por me abençoar dando-me a vida e ter me dado uma família unida e forte, por ter-me permitido viver e superar todas as dificuldades que tive nesta longa trajetória, tornando-me mais forte e com mais persistência para superar todos os obstáculos que surgiram nessa nova caminhada.

A minha família, meu pai e minha mãe que mesmo sem estudo e com todas as dificuldades enfrentadas na vida, sempre trabalharam buscando dar o melhor para mim e meus irmãos, que me ensinaram a ter caráter, humildade e respeito (eu tenho muito orgulho de ter vocês como meus pais). Aos meus irmãos Jonas, João que sempre estiveram dispostos a me ajudar, apoiar e principalmente a me incentivar a seguir em frente em busca dos meus sonhos. A minha irmã que apesar de morarmos distantes, sempre me deu força e incentivou a persistir. E também ao meu tio Mingo, por ter sempre se preocupado e me cuidado como um segundo pai.

Ao professor Márcio que mais que um orientador é um amigo, que contribuiu com muito conhecimento durante toda a graduação e também na realização deste trabalho.

A todos os professores e funcionários da UERGS, que participaram dessa formação, e com certeza agregaram muito em minha vida.

Aos agricultores que me receberam de forma hospitaleira, respondendo as entrevistas e permitiram-me compartilhar de suas histórias de vida.

Aos colegas e amigos de graduação, que estiveram comigo nessa longa caminhada, passando por todas as dificuldades, uns apoiando os outros, vocês amigos de verdade sempre terão um lugar especial em meu coração.

As demais pessoas que de alguma forma contribuíram para realização deste trabalho.

Meus sinceros agradecimentos!

O Agricultor e o Alimento

Eu fiz essa poesia e vou mostrar o meu valor. Se você é da cidade ou mesmo do interior, vamos prestar uma homenagem a todo agricultor.

Você pode ser um soldado, um cabo, pode ser um delegado, um juiz, ou um promotor, mas seu alimento vem das mãos do agricultor.

Você pode ser empregado, pode até ser um aposentado, pode ser um padre, um estudante ou um professor, mas seu alimento vem das mãos do agricultor.

Você pode ser um artista, pode ser um jornalista, pode ser um radialista, pode ser um prefeito ou um vereador, mas seu alimento vem das mãos do agricultor.

Você pode ser um secretário, pode ser um operário, pode ser um farmacêutico, enfermeiro ou doutor, mas seu alimento vem das mãos do agricultor.

Você pode ser um governo, um engenheiro, um advogado, pode ser um motorista ou um cobrador, mas seu alimento vem das mãos do agricultor.

Você pode ser um bancário, pode ser um gerente ou um técnico de futebol, pode ser o melhor jogador, mas seu alimento vem das mãos do agricultor.

Você pode ser um deputado, um empresário, um ministro ou um senador, mas seu alimento vem das mãos do agricultor.

Olhe até mesmo a galinha come o milho e o gado come a palma, come o capim, mas foi nós quem plantou, por isso eu digo: toda nação depende do agricultor.

(Mané de Maninho)

RESUMO

A discussão sobre a diversidade da agricultura abrange os diferentes graus de inserção dos agricultores familiares aos mercados, o que auxilia no desafio de compreender as distintas trajetórias que segue o desenvolvimento rural. Neste sentido, a monografia discute como surgem os diferentes estilos de agricultura e quais as estratégias de reprodução socioeconômicas dos agricultores assentados da reforma agrária do município de Santana do Livramento, RS, em meio a crescente inserção dos agricultores nos processos de mercantilização da agricultura. O objetivo geral do trabalho consiste em analisar como a mercantilização produz heterogeneidade de estilos de agricultura de agricultores familiares produtores de leite assentados da reforma agrária no município de Santana do Livramento, RS. De forma específica, buscou-se identificar a diversidade de estratégias produtivas dos sistemas de produção. Avaliar os processos diferenciados de externalização produzidos pela mercantilização. Analisar as estratégias diferenciadas de reprodução socioeconômica do núcleo familiar. Como apoio metodológico adotou o estudo de caso e o método de técnicas quali-quantitativas. O estudo analisou seis Estilos de Agricultura (EA), através da entrevista de dez agricultores familiares, apresentando em seus resultados as diferentes relações estabelecidas com os mercados. Verificaram diferentes formas de relação dos agricultores com os mercados, ocasionado por diferentes níveis de externalização dos sistemas de produção, o que leva à várias formas de ganho ou perda de autonomia. Demonstrando, formas de inserção não lineares dos agricultores estudados aos mercados, representando a heterogeneidade nas formas de reprodução socioeconômicas dos agricultores.

Palavras-chave: Mercantilização Agrícola. Agricultura Familiar. Estilos de Agricultura.

RESUMEN

La discusión sobre la diversidad de la agricultura cubre los diferentes grados de inserción de los agricultores familiares en los mercados, lo que ayuda en el desafío de comprender las diferentes trayectorias que siguen al desarrollo rural. En este sentido, la monografía discute cómo surgen diferentes estilos de agricultura y las estrategias de reproducción socioeconómica de los agricultores asentadas en la reforma agraria del municipio de Santana do Livramento, RS, en medio de la creciente inserción de los agricultores en los procesos de mercantilización agrícola. El objetivo general de este trabajo es analizar cómo la mercantilización produce heterogeneidad de los estilos agrícolas de los productores de leche a partir de la reforma agraria en el municipio de Santana do Livramento, RS. Específicamente, buscamos identificar la diversidad de estrategias de producción de los sistemas de producción. Evaluar los procesos diferenciados de tercerización producidos por la mercantilización. Analizar las diferentes estrategias de reproducción socioeconómica del núcleo familiar. Como apoyo metodológico se adoptó el estudio de caso y el método de técnicas cualitativas y cuantitativas. El estudio analizó seis estilos agrícolas (EA) a través de la entrevista a diez agricultores familiares, presentando en sus resultados las diferentes relaciones establecidas con los mercados. En el presente estudio, se observaron diferentes formas de relación entre los agricultores y los mercados, causadas por diferentes niveles de externalización de los sistemas de producción, lo que conduce a diversas formas de ganancia o pérdida de autonomía. Demostrar formas de inserción no lineal de los agricultores estudiados en los mercados, lo que representa la heterogeneidad en las formas socioeconómicas de reproducción de los agricultores.

Palabras clave: Mercantilización Agrícola. Agricultura Familiar. Estilos de Agricultura.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Esquema de reprodução relativamente autônoma e historicamente garantida.	20
Figura 2 - Reprodução dependente do mercado.	20
Figura 3 - Localização do município de Santana do Livramento – RS.....	25

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Criações e cultivos praticados nos estilos de agricultura.	37
--	----

LISTA DE TABELA

Tabela 1 - Formas de uso da terra entre os estilos de agricultura analisados.....	36
Tabela 2 - Estratificação da Unidade Trabalho Familiar (UTHf), Total (UTHt) e Contratada (UTHc) nos estilos de agricultura investigados.....	40
Tabela 3 - Síntese dos resultados econômicos globais.....	42
Tabela 4- Tabela síntese dos resultados do Produto Bruto (PB) e Custos de Produção (CP) por subsistema.....	46
Tabela 5 - Indicadores econômicos dos estilos de agricultura analisados.....	50
Tabela 6 - Produção para o autoconsumo da família.....	54

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 MERCANTILIZAÇÃO E ESTILOS DE AGRICULTURA	16
2.1 MERCANTILIZAÇÃO DA AGRICULTURA.	16
2.2 ESTILOS DE AGRICULTURA	19
2.2.1 Estilos de gestão econômica-ecológica	21
2.3 A PERSPECTIVA ORIENTADA AO ATOR.....	22
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	25
3.1 DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	25
3.2 LEVANTAMENTO DOS DADOS E INFORMAÇÕES A CAMPO	27
3.3 TÉCNICAS DE COLETA DE INFORMAÇÕES	28
4 DIFERENCIAÇÃO SOCIOECÔNOMICA E PRODUTIVA	36
4.1 FORMAS DE USO DA TERRA E SISTEMAS DE PRODUÇÃO	36
4.2 FORÇA DE TRABALHO.....	39
5 MERCANTILIZAÇÃO E EXTERNALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO	41
6 ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIOECÔNICAS DOS ESTILOS DE AGRICULTURA	49
6.1 FORMAÇÃO DA RENDA DAS FAMÍLIAS	49
6.2 PRODUÇÃO PARA O AUTOCONSUMO	52
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	59
APÊNDICE	62

1 INTRODUÇÃO

Os processos referentes ao desenvolvimento rural e da agricultura familiar têm sido constantemente foco, por parte expressiva da pesquisa social, que dedicam-se a analisar as transformações econômicas, sociais, ambientais e técnico-produtivas relacionadas a este universo, que vem ocorrendo nas últimas décadas. Essas transformações na agricultura podem ser ainda mais visíveis a partir da ampliação das relações mercantis dos agricultores familiares, intensificadas ainda mais à medida que se inserem nos processos de modernização da agricultura, o qual proporciona a intensificação da mercantilização expressa pela dependência crescente dos agricultores aos mercados de insumos, crédito, comercialização e de trabalho (NIEDERLE, 2007).

Diante desse contexto, os processos de mercantilização foram impulsionados durante os últimos anos, pelas mudanças de base técnica da produção, as quais demonstram-se mais intensas à medida que as relações dos agricultores com os mercados aumentam, podendo ser percebido pelos agricultores mudanças representativas no seu modo de vida e de produção. Neste sentido, o grau de autonomia dos agricultores é diretamente influenciado pelo quanto ele está inserido no processo de mercantilização, dessa forma, determinando quais as estratégias e decisões serão tomadas (GAZZOLA, 2004).

Segundo Niederle (2007), alteraram-se práticas agrícolas, formas de organização do trabalho, modelos de gestão da produção, padrões de consumo, instituições, princípios de sociabilidade, representações sociais e, especialmente, os diferentes conjuntos de ideias normativas, percepções e estratégias que os agricultores desenvolvem para organizar suas unidades de produção e o fluxo da vida cotidiana. Em suma, modificaram-se os estilos de agricultura.

Dessa forma, para o referido autor os modelos de agricultura que foram impostos por discursos controlados por bancos, empresas e também pelo Estado, baseados nos processos de modernização da agricultura, buscavam a consolidação de um padrão produtivo altamente especializado e, dessa forma, cada vez mais dependentes dos mercados controlados por atores externos, assim tornando os agricultores cada vez mais inseridos nos mercados globais de *commodities*, o que gera uma gradativa perda de controle dos agricultores sobre os processos necessários para sua reprodução econômica, social e cultural.

Estes processos que visavam a homogeneização da produção agrícola, acabaram asfixiando os agricultores, e ao contrário do que previsto, não acabou com a diversidade e sim

formou heterogêneas formas de produção e reprodução familiar, onde a diversidade hoje é vista de forma fundamental no mundo rural moderno (CONTERATO, 2004).

O município de Santana do Livramento, localizado na região da Campanha do Rio Grande do Sul, que é alvo do presente estudo, tem suas origens produtivas a partir da produção de pecuária de corte. Mas com a chegada dos primeiros assentamentos da reforma agrária, na década de 90, essas características produtivas foram sendo constantemente mudadas, pela presença de novos agricultores inseridos na região, os quais possuíam costumes e formas diferente de produzir (LÜTKE, 2015).

A partir deste ponto, surge o interesse do autor em estudar os processos envolvidos na chegada de novos atores na região. O qual é filho de agricultores familiares, provenientes do norte do estado, os quais fazem parte do primeiro assentamento criado no município, desse modo, pude vivenciar as transformações nas características locais e também nos modos de produzir, onde inicialmente a paisagem era predominantemente de vastos campos naturais, com poucas residências havendo grande distancia entre elas, o que foi mudando com forme foram sendo divididos os lotes entre os agricultores. Assim, os campos foram sendo modificados, a medida que foram introduzindo-se novas culturas, como milho, soja, pomares de frutíferas, além pastagens de inverno e de verão, para alimentação dos bovinos de leite, que foram dando novas características a região.

Com o decorrer dos anos, as mudanças tornaram-se cada vez mais visíveis, onde as práticas dos agricultores, que anteriormente eram voltadas principalmente para o autoconsumo e subsistência das famílias, foram sendo intensificadas à medida que os agricultores foram se introduzindo nos mercados, gerando o processo de mercantilização da agricultura, através da constante externalização dos processos produtivos.

Diante desse contexto até aqui apresentado, busca-se por meio desse estudo responder o seguinte problema de pesquisa: Como a mercantilização da agricultura promove a diversidade da agricultura entre produtores de leite assentamentos rurais em Santana do Livramento, RS?

Para responder o problema de pesquisa, o objetivo geral desse estudo foi analisar como a mercantilização produz heterogeneidade de estilos de agricultura de agricultores familiares produtores de leite assentados da reforma agrária no município de Santana do Livramento, RS. Para os objetivos específicos procurou-se:

- 1) Identificar a diversidade de estratégias produtivas dos sistemas de produção;

2) Avaliar os processos diferenciados de externalização produzidos pela mercantilização;

3) Analisar as estratégias diferenciadas de reprodução socioeconômica dos núcleos familiares estudados.

Como justificativa para realização do presente trabalho, tem-se a curiosidade por parte do autor referente à compreensão das heterogeneidades existentes dentro dos assentamentos, quais impactos estes geram no meio de produção e no modo de reprodução das famílias. Ao ser vivenciado pelo autor no decorrer de sua vida no assentamento, pode-se perceber mudanças, que vem ocorrendo nos últimos anos, ocasionado pela inserção cada vez mais constante dos agricultores aos estilos de agricultura impulsionados pela modernização dos meios de produção o que é ainda mais agravado pela mercantilização dos agricultores.

2 MERCANTILIZAÇÃO E ESTILOS DE AGRICULTURA

2.1 MERCANTILIZAÇÃO DA AGRICULTURA.

A mercantilização da agricultura é um processo de crescente orientação da produção para o mercado e para uma forma social cada vez mais subordinada e dependente do modo de produção capitalista. Assim, segundo Perondi (2009), o processo de mercantilização da agricultura é, portanto, a instalação desta crescente necessidade de produzir mercadorias para poder saciar a própria necessidade de consumir mercadorias, é um processo de crescente individualização e monetarização das relações sociais. A mercantilização, portanto, eliminou os antigos padrões de relacionamento social que baseavam seu modo de vida e os recolocou baseada num “sistema de mercado”, criador de preços. Desta forma, as relações de reciprocidade e redistribuição existentes em uma comunidade foram então deslocadas progressivamente para uma relação mercantil de troca instantânea (PERONDI, 2009, P.4).

O processo de mercantilização crescente da vida social e econômica leva a uma crescente interação e integração das famílias ao mercado. Como resultado, acaba havendo uma considerável redução em sua autonomia, devido passarem a depender do mercado para adquirir insumos e as ferramentas para dar continuidade no sistema e da venda de sua produção de forma que possibilite a entrada de dinheiro que lhes permita reiniciar e reproduzir o ciclo. Neste contexto as estratégias de reprodução social das famílias rurais tornam-se cada vez mais subordinadas e dependentes do exterior, quer seja dos mercados de produtos ou mesmo dos valores e da cultura (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008).

De acordo com Schneider e Niederle (2008), “mas, ao contrário do que sustentado pelas perspectivas teóricas estruturalista e deterministas, a mercantilização não é concebida como um processo linear e homogêneo”. Ploeg (1993), refere-se também que o processo de mercantilização está longe de ser uniforme ou tão pouco acabado. Onde, Neske (2010) corrobora:

[...] Mesmo inseridos num ambiente socioeconômico, cultural e ambiental semelhantes a aparente homogeneidade revela-se heterogênea a partir das distintas formas que a mercantilização encontra-se presente junto ao sistema produtivo. Assim, foram aparecendo estratégias diferentes de reprodução social e econômica a partir dos modos que os pecuaristas lograram inserção aos mercados, o que determinou a existência de estilos de agricultura diversificados. Isso demonstra que a mercantilização não ocorre de forma homogênea e, tampouco, linearmente, pois desde um raciocínio “estratégico” (repertório cultural) desenvolvido pelos pecuaristas familiares, demonstrou-se que esses

possuem capacidade de gestão de seus interesses para definir suas escolhas de articulação com os mercados (NESKE, 2010, p. 2).

Segundo Neske (2009), no âmbito do debate teórico-analítico voltado ao desenvolvimento rural, é recorrente a ideia de que os espaços rurais já não se restringem mais como o “local” que exerce a função exclusiva de produção de alimentos para abastecer espaços urbanos. No epicentro dessa renovação epistemológica, encontram-se questões teóricas e analíticas que convergem para testar os impactos e as limitações do modelo de modernização da agricultura implementado a partir da segunda metade do século passado. Dessa forma, se tem uma concordância na literatura dos estudos rurais que a modernização da agricultura foi responsável por acelerar a diferenciação social e econômica no processo de produção agrícola através da submissão dessa atividade ao modelo capitalista, caracterizado, sobretudo, pela crescente mercantilização dos fatores de produção (NESKE, 2009, p. 20).

Neske (2009) corrobora, referenciando Almeida (1997), numa visão clássica, a modernização da agricultura pode ser interpretada como um processo que foi inspirado na ideologia da noção de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico. A modernização da base tecnológica da agricultura repercutiu sobre as formas de trabalho e as relações sociais no meio rural, alastrando seus efeitos às economias locais e às dinâmicas territoriais (CONTERATO *et al.*, 2011).

Neste sentido, se teve a partir dos preceitos da “revolução verde” e na ideologia da modernização, a consolidação de um padrão produtivo, que conforme Niederle,

[...] Fez com que muitas regiões consolidassem dinâmicas de desenvolvimento marcadamente exógenas, com formas especializadas de produção agrícola amplamente inseridas nos mercados globais de commodities. Nestas situações em que a mercantilização transcorreu associada à crescente externalização das unidades de produção, foi responsável por torná-las cada vez mais dependentes de recursos controlados por atores externos, resultando em gradativa perda de controle dos agricultores sobre a base de recursos necessária à sua reprodução econômica, social e cultural. Desenhou-se assim uma tentativa de uniformização a partir de fora, pela imposição de recursos e discursos controlados pelo Estado, bancos, empresas agroindustriais e cooperativas agropecuárias (NIEDERLE, 2007, p. 14).

Para Ploeg (1993), a modernização da agricultura segue frequentemente a rota da externalização, pela qual um número crescente de tarefas são separadas do processo de trabalho agrícola e, portanto, é atribuído a organizações externas.

De acordo com Niederle (2006), esta dialética do controle envolve um processo de ‘externalização’ que faz referência ao acesso assimétrico aos recursos necessários ao fluxo dos processos reprodutivos das unidades familiares. Neste sentido, destaca-se o poder dos agentes externos sobre os insumos e os fatores de produção das unidades familiares, podendo influir diretamente o comportamento dos agricultores. O resultado mais evidente desta externalização é a gradativa separação entre o trabalho mental e o trabalho manual e a perda do controle direto sobre as condições nas quais se executam os processos de produção. Deste modo, a externalização é responsável por profundas alterações nos processos mais significativos de reprodução da unidade familiar (NIEDERLE, 2006, p. 5).

Para Ploeg (1993 p. 154), “existe um outro fator que refere-se ao processo de “cientificação”, que está cada vez mais entrelaçado com o processo de mercantilização. Onde por meio do processo de cientificação, se cria uma estrutura que permite o capital obter um controle mais direto sobre o processo de trabalho agrícola”.

Conforme Niederle (2007), estes processos geraram um ambiente social que asfixiou o sistema agrícola, porém, ao contrário do previsto pelos teóricos da modernização, não superou a diversidade da agricultura regional, havendo heterogêneas formas familiares de produção. Contrariando assim, aqueles que a percebiam como elemento reusual e temporário, a diversidade se estabelece como fundamento central do mundo rural moderno, refletindo diferentes dinâmicas de desenvolvimento das próprias unidades de produção e disputas históricas entre vários atores e instituições portando uma ampla gama de recursos, poderes, repertórios culturais e ideologias, onde os agricultores não se comportam como agentes passivos e indiferente às transformações sociais (NIEDERLE, 2007).

Dessa forma, segundo Neske (2009), “a mercantilização se configura como um processo em que o capitalismo exerce forças de fora sobre os agricultores”, Neske corrobora citando Scott (1987) e Long (2006) respectivamente, “mas nela também existem espaços de manobra onde os agricultores estabelecem suas estratégias de resistência”, “pois possuem capacidades de agência e habilidades cognitivas para interferir, se necessário, no fluxo de eventos sociais ao seu entorno”. De acordo com Ploeg (2003) *apud* Niederle (2006), o fato de os agricultores mobilizarem uma ampla gama de recursos fora dos mercados reflete em “espaços de manobra” e estratégias criadas para manter uma autonomia relativa da unidade de produção.

2.2 ESTILOS DE AGRICULTURA

Ploeg (2003) *apud* Neske (2009), define estilos de agricultura como redes sócio técnicas, onde existem diferentes modos de ordenação entre os domínios internos em que a família tem que operar, com domínios externos formados por diferentes grupos sociais, instituições e o próprio Estado. Segundo Neske (2009), os estilos de agricultura estão assentados numa definida forma de produção, referente as estruturas do processo produtivo e também com um determinado modo de inter-relação com os mercados. Desta forma é possível perceber variados estilos de agricultura, de acordo com os diferentes modos de organização das relações com a produção e os mercados.

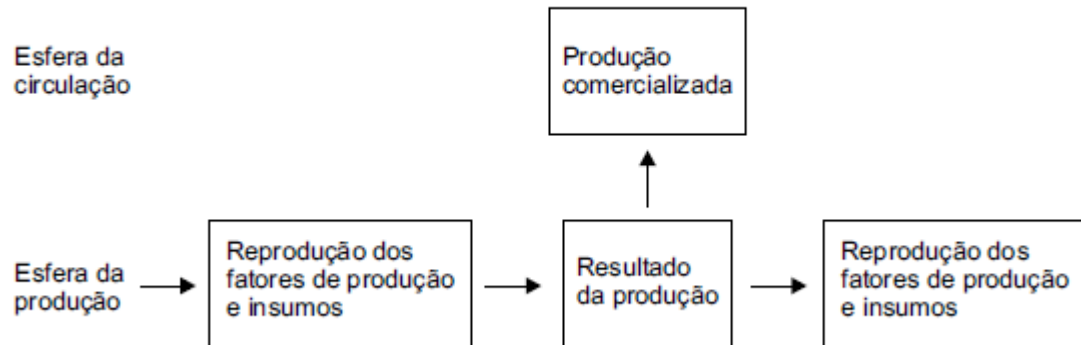
Assim, a forma como os agricultores familiares se posicionam e organizam suas atividades no interior de suas unidades de produção agrícola (UPA), corresponde à própria diversidade de situações ecológicas e sociais e também de acordo com suas experiências acumuladas, reforçando a perspectiva de que um estilo de agricultura é muito mais uma construção social do que o resultado único e imediato de decisões pontuais (CONTERATO, 2009).

Para Schneider e Niederle (2008), o agricultor familiar abarca uma diversidade de formas de fazer agricultura que se diferencia segundo tipos diferentes de famílias, o contexto social, a interação com os ecossistemas, sua origem histórica, entre outros.

Portanto, não se trata de um ator isento de constrições estruturais: “estilos são criados não somente através de dinâmicas sócio-culturais, mas também como resposta a forças estruturais “diferentes estilos existem para diferentes situações de mercado dos diferentes agricultores” (VANCLAY *et al.*, (2006) *apud* NIEDERLE (2006)). Tratando-se de um raciocínio estratégico, em que os agricultores podem construir diferentes perspectivas de organização social (PLOEG, (1994) *apud* NIEDERLE (2006)).

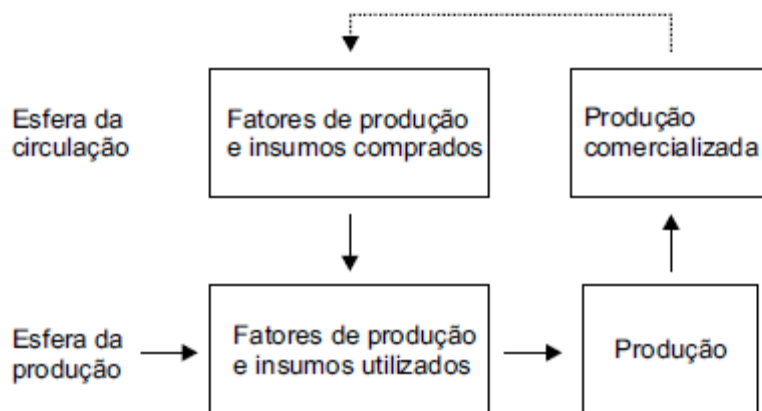
Ploeg (2006) refere-se a estilos de agriculturas como representações da modernização da agricultura por duas vias. A primeira são os estilos de gestão tipicamente estruturado sobre uma reprodução relativamente autônoma e historicamente garantida (como é representado na Figura 1), desta forma cada ciclo de produção é construído a partir dos recursos produzidos e reproduzidos nos ciclos anteriores. Já a segunda, vai em contraponto, onde a produção é depende do mercado, devido a relação de entrada e saída de produtos nos agroecossistemas (Figura 2). Assim as relações mercantis penetram no interior do processo de produção e de trabalho.

Figura 1: Esquema de reprodução relativamente autônoma e historicamente garantida



Fonte: (PLOEG, 2006)

Figura 2: Reprodução dependente do mercado



Fonte: (PLOEG, 2006)

Os estilos de gestão que estabelecem um padrão de reprodução do processo de trabalho relativamente autônomo e historicamente garantido correspondem ao modo de produção camponês. Já os estilos que estabelecem uma reprodução dependente do mercado correspondem ao modo de produção empresarial (PETERSEN *et al.*, 2017).

Segundo Petersen *et al.* (2017), a estratégia de reprodução do processo de trabalho é o principal fator de distinção entre o típico modo de produção camponês e o típico modo de produção empresarial. Enquanto a gestão das unidades produção empresariais são orientadas por estratégias de reprodução fortemente dependentes dos agentes externos, havendo dependência

tanto para a venda de seus produtos quanto para a compra dos insumos para recomeçar a produção, a gestão das unidades de produção camponesa busca construir um afastamento estratégico com relação aos mercados a fim de assegurar uma reprodução relativamente autônoma e historicamente garantida (PETERSEN *et al.*, 2017).

Para Ploeg (2009), a principal diferença é que a agricultura camponesa é fortemente baseada no capital ecológico (especialmente a natureza viva), enquanto a agricultura empresarial afasta-se progressivamente da natureza.

2.2.1 Estilos de gestão econômica-ecológica

O emprego da perspectiva sistêmica para a apreensão das dinâmicas econômico-ecológicas da agricultura permite a superação das limitações do paradigma mecanicista que domina a economia e as ciências agrárias e que fundamenta os padrões dominantes de gestão técnico-econômica responsáveis pela crescente desconexão entre a agricultura e a natureza (PETERSEN *et al.*, 2017).

A superação dessa perspectiva técnico-econômica reducionista impõe a necessidade de apreensão da atividade agrícola como um processo econômico-ecológico que articula de forma indissolúvel a produção econômica à reprodução ecológica (PETERSEN *et al.*, 2017). Sendo que para os mesmos autores, a análise econômica convencional encara a agricultura como um processo de produção ecologicamente descontextualizado.

Ao contrário da teoria econômica convencional, que aborda o mundo social e o mundo natural como sistemas mecanicistas que podem ser explicados e manipulados a partir de relações causais lineares, essas perspectivas críticas da ciência econômica partem da compreensão da complexidade envolvida no funcionamento da sociedade e da natureza e, sobretudo, da relação entre natureza e sociedade.

De forma equivalente, o estabelecimento familiar faz parte da paisagem rural. Nele, pode-se trabalhar com a natureza, em vez de contra ela, ao se valer dos processos e dos equilíbrios ecológicos e preservar a beleza e a integridade das paisagens (PLOEG, 2014).

Em síntese, a agricultura familiar representa a unificação entre o trabalho manual e a atividade mental, entre o trabalho e a vida, bem como entre a produção e o desenvolvimento,

dessa forma é uma instituição que pode seguir produzindo em um ambiente capitalista adverso (PLOEG, 2014).

Para Ploeg (2014), uma diferença importante é que os verdadeiros estabelecimentos familiares crescem e se desenvolvem por meio da gestão inteligente dos recursos naturais, econômicos e humanos, bem como pelo aprendizado intergeracional. Já os estabelecimentos empresariais crescem principalmente ao assumir o controle de outros estabelecimentos familiares.

Dessa forma, muitos estabelecimentos familiares estão utilizando estratégias de recampesinização, para se fortalecer e incrementar sua renda com o emprego de princípios agroecológicos, com a participação em novas atividades econômicas ou com a produção de novos produtos e a prestação de novos serviços que são em geral distribuídos e oferecidos através de novos mercados, socialmente construídos (PLOEG, 2014).

Segundo Toledo (1993, p. 203), o processo produtivo rural pode ser analisado em termos de troca ecológica e troca econômica. Devemos, no entanto, fazer outra distinção no caso do intercâmbio ecológico. A apropriação de natureza é basicamente uma apropriação de ecossistemas que são as unidades básicas da natureza. Durante a produção, deliberadamente canaliza recursos matérias e/ou energéticos fora do ecossistema, e para o organismo social. Podemos distinguir dois níveis principais de intervenção humana nos ecossistemas.

1. No primeiro nível, os recursos naturais são obtidos e transformados sem provocar trocas substanciais na estrutura, dinâmica e arquitetura dos ecossistemas naturais. O primeiro nível inclui muitos exemplos conhecidos como de caça, coleta, pesca, extração de produtos florestais e certos tipos de alimentação de gado a pasto.

2. No segundo nível, os ecossistemas naturais são parcial ou completamente substituídos por conjuntos de espécies de animais ou vegetais em processos de domesticação. Exemplos do segundo nível, são as plantações agrícolas ou florestais, a pecuária e a agricultura.

2.3 A PERSPECTIVA ORIENTADA AO ATOR

A Perspectiva Orientada aos Atores (POA) é uma abordagem teórico-metodológica empregada para o estudo dos processos de mudança social. Surgiu em resposta ao questionamento do enfoque teórico estruturalista que atribui aos indivíduos e às coletividades

o papel de meros recipientes passivos das transformações estruturais impostas por atores macrossociais (capital, Estado, etc.). Aplicada aos estudos do desenvolvimento rural, a POA tem contribuído para compreender como agricultores e agricultoras, individual ou coletivamente, procuram reduzir a dependência ou as relações de subordinação técnica, econômica e política aos setores agroindustrial e financeiro e ao poder prescritivo das políticas de modernização (LONG; PLOEG, 2011 *apud* PETERSEN *et al.*, 2017).

Segundo Gonzalez (2014), o caráter teórico está em auxiliar a analisar fenômenos sociais no que tange aos efeitos das políticas de desenvolvimento mobilizando conceitos e orientando suas aplicações. O caráter metodológico está no sentido de focar nos atores sociais, partindo do pressuposto de que essa abordagem antropológica e necessita da sensibilidade do pesquisador em buscar compreender o ponto de vista dos atores.

Para Long e Ploeg (2011), os dois modelos estruturais de desenvolvimento dominantes, a teoria da modernização e a teoria neomarxista tem semelhanças paradigmáticas, apontando para certas fraquezas analíticas comum. A teoria da modernização sugere o desenvolvimento como um movimento progressivo mais complexo e integrado a formas tecnológicas e institucionais. Já a teoria neomarxista, acentua a natureza de extração atribuindo tendências expansionistas e de acumulação de capital. Os dois modelos são similares, pois acreditam nos processos de comercialização e mercantilização, como processos provedores do desenvolvimento agrário.

De acordo com Long e Ploeg (2011), ambos os modelos possuem limitações tanto teóricas como metodológicas, em vista que são contaminados por visões deterministas, lineares e externalistas das mudanças sociais. As teorias seguem um caminho determinado e abrangente de desenvolvimento, guiado por intervenções do estado ou por interesses internacionais. Essas formas externas limitam as pessoas, reduzindo sua autonomia, resultando em uma crescente diferenciação socioeconômica e em um maior controle centralizado de grupos, instituições e políticas poderosas.

Em vista que todas as formas de intervenção externa invadem necessariamente os mundos da vida dos indivíduos e grupos sociais afetados, por isso elas são medidas e transformadas por esses mesmos atores e estruturas locais (LONG; PLOEG, 2011, p. 23).

Nesta perspectiva, o ator, por meio da sua agência, intervém nos processos de desenvolvimento e não sendo apenas um receptor de políticas públicas (GONZALEZ, 2014).

Pensando nisso, POA considera a necessidade de priorizar o entendimento de como os processos externos influenciam e interagem com os processos endógenos de desenvolvimento, analisando a partir dos atores, de como eles se colocam e reagem diante destes processos. É como entender o micro para poder pensar a influência do macro e não ao contrário, pois a perspectiva não ignora as estruturas, mas admite a agência e o poder de intervenção aos atores (GONZALEZ, 2014).

Para o referido autor, o ator é considerado um agente coletivo, que age a partir de processos de interação com outros, e o que define sua condição de ator é sua capacidade de agência. O ator se estabelece como um ente coletivo e o que define sua agência é sua “condição de agente”, entendida como a capacidade de saber e de agir.

Segundo Niederle e Grisa (2008), dentre os agricultores, muitos considerem a especialização vantajosa, tanto em termos econômicos como pelo menor esforço físico e menor tempo de trabalho. Mas essa especialização requer um nível econômico elevado, o qual normalmente não há na agricultura familiar e camponesa.

De acordo com os mesmos autores, em uma perspectiva voltada ao ator a diversificação é uma alternativa para garantir maior estabilidade e autonomia. Diversificando as estratégias reduz-se a instabilidade dos processos de produção (por exemplo, perda de colheita, baixa nos preços, etc.), ou pela variabilidade e sazonalidade das rendas durante o ano.

Em termos gerais, a noção de agência atribuí ao ator individual a capacidade de processar a experiência social e de delinear formas de enfrentar a vida, mesmo sobre as mais extremas formas de coerção (LONG; PLOEG, 2011).

Para Niederle e Grisa (2008), mesmo numa perspectiva orientada aos atores não se pode deixar de reconhecer que a agência é conformada histórica e espacialmente dentro de certas condições relativas à estrutura social.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O estudo foi realizado no município de Santana do Livramento (Figura 3), que é originário de Alegrete, tendo sido emancipado em 10 / 02 / 1857, pela Lei Provincial N.º 351. Situa-se nas seguintes coordenadas geográficas: Ao N 30° 16' de latitude norte (Limite Rosário do Sul), S 31° 17' de latitude sul (Limite República Oriental do Uruguai), E 54° 58' de longitude leste (Limite Dom Pedrito), O 56° 16' de longitude oeste (Limite Quaraí), com uma altitude média de 234 m acima do mar, o município esta situado em relação ao Brasil, na Mesorregião Geográfica do Sudoeste rio-grandense e, dentro desta, da Microrregião Geográfica da Campanha Central. Tem uma área de 7.001,00 km² sendo dessa 6.943,51 km² rural e 57,49 Km² urbana , que corresponde a 0,40% da área total da Microrregião e 2,49% da área do estado do Rio Grande do Sul (TORRES, 2001, p.46).

Figura 3 - Localização do município de Santana do Livramento – RS



Fonte: WIKIPEDIA, (2019).

As famílias entrevistadas são pertencentes do Movimento Sem Terra (MST), na localidade do assentamento Liberdade no Futuro mais conhecido e identificado como Cerro dos Munhoz, com uma distância média de 25 km do centro do município. O Cerro dos Munhoz, é o primeiro assentamento de Santana do Livramento, onde ocorreu a chegada dos primeiros assentados em 7 de julho de 1991, com a chegada de 65 famílias de agricultores. Por possuírem poucos ou nenhum recurso financeiro o trabalho foi organizado em grupos, onde os lotes eram comunitários e era feito a divisão dos trabalhos, com o decorrer do tempo ocorreu algumas divergências dentro dos grupos, o qual levou a desfazer os grupos e ser feito o sorteio dos lotes, onde cada família ganhou o seu com uma área média de 24,2 ha.

Grande maioria das famílias assentadas são oriundas da região norte do estado (RS), que foram acampar com o objetivo de conseguir um área para trabalhar na agricultura, mesmo sendo pertencentes a famílias provenientes da agricultura em suas regiões, com a baixa quantidade de terra e alto número de filhos nessas famílias, nem todos poderiam continuar na agricultura. Assim, muitos agricultores teriam que optar por ir para cidade, mesmo que tivessem a vontade de seguir trabalhando e vivendo na agricultura, neste momento que muitos conheceram e viram o MST com uma alternativa de continuar no campo.

Mesmo essas famílias passando por inúmeras dificuldades nos acampamentos, embaixo das lonas pretas, até chegarem em suas terras, e posteriormente também não ter sido fácil a vida dos assentados, tanto na adaptação a uma nova região com solo, clima, e costumes diferentes de onde os assentados eram oriundos. Mas principalmente pela dificuldade das pessoas em aceitar e ver que os assentados não estavam ali para roubar nada, mas só queriam poder trabalhar e viver dignamente. Persistiram e com o tempo foram se adaptando a região e mudando a visão de uma parte das pessoas que os viam como baderneiros.

A escolha deste assentamento é dada pela proximidade do autor com as famílias, sendo filho de assentados do Cerro dos Munhoz, e tendo vivenciado a história do assentamento desde sua origem.

3.2 LEVANTAMENTO DOS DADOS E INFORMAÇÕES A CAMPO

A operacionalização da pesquisa empírica adotou como base metodológica a Análise-Diagnóstico dos Sistemas Agrários (ADSA). Para Neske (2009), o principal pressuposto do método é buscar captar a diversidade dos diferentes tipos de agricultura observáveis a partir de um contexto agrário específico, e identificar os condicionantes históricos, socioeconômicos, políticos, culturais e ambientais responsáveis por essa diferenciação entre os diversos grupos sociais.

A pesquisa foi desenvolvida através de métodos qualitativos e quantitativos. A pesquisa qualitativa é importante, pois permite traduzir e expressar os fenômenos relacionados ao comportamento e significado cultural dos agricultores familiares. A abordagem quantitativa da pesquisa foi singular no que se refere ao tratamento de um conjunto de indicadores socioeconômicos e ambientais relacionados aos estilos de agricultura e sistemas de produção identificados (NESKE, 2009).

O recorte analítico desse estudo são as Unidades de Produção Agrícola (UPA) pertencentes ao assentamento Cerro dos Munhoz. A pesquisa foi feita com 10 agricultores, os quais foram organizados em 6 sistemas de produção. O sistema de produção é definido como a combinação de sistema(s) de cultivo e/ou sistema(s) de criação dentro dos limites autorizados pelos fatores de produção de que uma unidade de produção agrícola dispõe (disponibilidade de força de trabalho, conhecimento técnico, superfície agrícola, equipamentos, capital, etc.) (DUFUMIER, 2007 *apud* LÜTKE, 2015).

Foram efetuadas amostras dirigidas visando identificar e caracterizar os sistemas de produção, os itinerários técnicos, e, por fim, a análise socioeconômica. Os estilos de agricultura identificados para o estudo foram: a) EA1 produção de leite, pecuária de corte e fruticultura b) EA2 produção de leite e aposentadoria c) EA3 produção de leite e pecuária de corte d) EA4 produção de leite e pluriatividade e) EA5 produção de leite e soja f) EA6 produção de leite e produção diversificada. No entanto, é importante destacar e esclarecer que os sistemas de produção selecionados são os mais representativos no universo produtivo do assentamento estudado, o que permite identificar nitidamente uma diferenciação socioeconômica e produtiva entre eles.

3.3 TÉCNICAS DE COLETA DE INFORMAÇÕES

As entrevistas foram realizadas mediante roteiro de entrevista semi-estruturado (Apêndice A), o qual teve como objetivo extrair o maior número de informações dos entrevistados e permitir uma conversa entre entrevistador e entrevistado com maior liberdade, podendo agregar informações entendidas como relevante para o trabalho.

As entrevistas foram realizadas entre os meses de setembro a novembro de 2018, tendo como ano agrícola o período de agosto 2017 a setembro de 2018. Para uma melhor compreensão dos dados, durante a entrevista permitiu-se que o entrevistado relatasse sobre os assuntos livremente, possibilitando um melhor entendimento sobre outros aspectos (sociais, culturais, valores, etc.) que envolvem as suas ações e atitudes, levando em conta, também, as perspectivas dos agricultores.

Através da análise quantitativa, observando os discursos dos entrevistados, buscou-se apreender os elementos que permitissem evidenciar as estratégias e comportamentos orientadores das suas tomadas de decisão em relação às ações que visam manter a reprodução da unidade agrícola. A análise dos dados quantitativos foi realizada através de cálculos matemáticos, utilizando a planilha eletrônica do *software* Microsoft EXCEL 2010. Os dados referentes às condições econômicas, de uso da terra, de trabalho, grau de externalização, etc. foram obtidos com os indicadores agrosocioeconômicos. Abaixo seguem os indicadores utilizados, extraídos de Neske (2009):

Superfície Total (ST) - corresponde à área (em hectares) do estabelecimento agrícola, independentemente do grau e da forma de utilização (com atividades agrícolas, inaproveitáveis, etc.) e da sua situação fundiária (propriedade titulada, posse, comodato, área arrendada, etc.). A Superfície Total (ST) inclui tanto áreas arrendadas de terceiros como as áreas arrendadas para terceiros.

Superfície Agrícola Útil (SAU) - corresponde à área (em hectares) do estabelecimento agrícola efetivamente explorada com atividades agrícolas, descontadas as áreas improdutivas, as áreas que não estejam sendo exploradas do ponto de vista agrícola e as áreas arrendadas ou cedidas para terceiros.

Superfície própria (Spro) - Corresponde área do estabelecimento agrícola (em hectares) regularizada do ponto de vista legal; pertencente ao(s) proprietário(s) e na qual a utilização no estabelecimento agrícola não incorre em desembolsos em dinheiro, trabalho ou produto.

Superfície Disponibilizada De Terceiros Arrendadas (SDTA) - Corresponde área do estabelecimento agrícola (em hectares) pertencentes a terceiros e que são arrendadas por um curto ou longo período.

Superfície Disponibilizada De Terceiros como Cessão de Uso (SDTCU) - Corresponde área do estabelecimento agrícola (em hectares) pertencentes a terceiros e que são disponibilizadas como cessão de uso por um curto ou longo período.

Mão de Obra total (UTH t) – corresponde ao somatório da mão-de-obra familiar e não familiar utilizada direta ou indiretamente no estabelecimento agrícola. O indicador Mão-de-obra Disponível estima a disponibilidade de mão-de-obra no estabelecimento agrícola. Medida em Unidade de Trabalho Homem (UTH), uma UTH corresponde à unidade de medida utilizada para mensurar a quantidade de trabalho. Uma UTH equivale a 300 dias de trabalho de 8 horas diárias.

Mão de Obra Familiar (UTH f) - somatório da mão-de-obra familiar utilizada direta ou indiretamente no estabelecimento agrícola

Mão de Obra Contratada (UTH c) - somatório da mão-de-obra familiar contratada utilizada no estabelecimento agrícola

Produto Bruto (PB) - corresponde ao valor final dos produtos agrícolas e beneficiados (artesanato, agroindústria caseira, etc.) gerados no decorrer do ano no estabelecimento agrícola. Integra o Produto Bruto a produção vendida ou utilizada na forma de pagamento de serviços de terceiros, a produção consumida pela família, a produção estocada (produtos agrícolas e animais prontos para abate/ comercialização), a produção utilizada na alimentação de empregados.

$$PB = \sum (QPVi * PrVi) + \sum (QPEst * PrVi) + \sum (QPCe * PrVi) + \sum (QPCi * PrVi)$$

Onde:

QPVi é a quantidade vendida do produto “i”;

PrVi é o preço que foi vendido ou avaliado o produto “i”;

QPEst é a quantidade estocada do produto “i”;

QPCe é a quantidade consumida por empregados do produto “i”;

QPCi é a quantidade do produto “i” que foi consumido pela família.

Produto Bruto Total (PTt) - somatório da produção vendida ou utilizada na forma de pagamento de serviços de terceiros, a produção consumida pela família, a produção estocada (produtos agrícolas e animais prontos para abate/ comercialização), a produção utilizada na alimentação de empregados

Consumo Intermediário (CI) - é o valor dos insumos e serviços adquiridos de outros agentes econômicos e destinados ao processo de produção do estabelecimento agrícola, tanto agrícolas como utilizados na transformação da produção. São considerados intermediários por serem integralmente consumidos no decorrer do ciclo produtivo e, através do trabalho e dos demais meios de produção, transformados em produtos agrícolas. O Consumo Intermediário inclui despesas com insumos (combustíveis, vacinas, corretivos, energia, etc.), manutenção instalações e equipamentos e serviços terceirizados.

Valor Agregado Bruto (VAB) - corresponde à riqueza bruta produzida no estabelecimento agrícola, ou seja, o Produto Bruto descontado do valor dos insumos e serviços de terceiros utilizados no decorrer de um ano agrícola.

$$\text{VAB} = \text{PB} - \text{CI}$$

Depreciação econômica - corresponde à fração do valor dos meios de produção existentes no estabelecimento e adquiridos de outros agentes (máquinas, equipamentos, instalações, etc.) que não são integralmente consumidos no decorrer de um ciclo de produção. Bastante variável segundo o tipo e a utilização, estes bens perdem valor seja pela obsolescência seja pelo desgaste em virtude de sua utilização no decorrer do processo produtivo. O fator de produção terra não faz objeto de depreciação, não sendo, portanto incluído nesta rubrica. Para o cálculo da Depreciação econômica, optou-se pela utilização do método linear simplificado:

$$\text{Dep} = \sum (Q_i * \text{BEN}_i) + \sum (Q_i * \text{EQU}_i) / \text{Vri}$$

Onde:

Q_i é a quantidade de benfeitorias ou equipamentos “i”;

BEN_i é o valor atual das benfeitorias “i”;

EQU_i é o valor atual dos equipamentos “i”;

Vri é a vida residual da benfeitoria ou equipamento “i” em anos.

Valor Agregado Líquido (VAL) - corresponde à riqueza líquida produzida no estabelecimento agrícola, ou seja, o Valor Agregado Bruto descontado do valor correspondente à Depreciação (Dep) dos equipamentos e benfeitorias.

$$\mathbf{VA = VAB - Dep}$$

Custo de Arrendamento (Arr) - corresponde à despesa realizada no decorrer de um ano agrícola em decorrência de arrendamento ou aluguel de áreas agrícolas de terceiros com fins produtivos, independentemente da existência de contratos legais ou da forma de pagamento (em espécie ou em produto).

Despesa Financeira (DF) - corresponde à despesa realizada no decorrer do ano agrícola em decorrência do pagamento de juros e outras despesas (taxas, seguros, etc.) relacionadas a empréstimos e financiamentos em custeio e em investimento, tanto para agente legalmente reconhecido (estabelecimento bancário, agência de fomento, etc.) como para agente informal (parentes, vizinhos, etc.).

Impostos e Taxas (Imp) - correspondem as despesas realizadas no decorrer de um ano agrícola em decorrência de impostos e taxas diretas e indiretas que afetam o estabelecimento agrícola. Os impostos e taxas podem estar relacionados a um bem ou fator de produção (Imposto Territorial Rural, IPVA, seguro, etc.) ou variando segundo o nível da atividade produtiva (ICMS, IR, contribuição sindical, etc.).

Custos em Salários e Encargos Sociais (S/E) - correspondem às despesas realizadas no decorrer de um ano agrícola em salários e encargos sociais decorrentes da remuneração dos empregados (fixos ou temporários), independentemente de seu vínculo formal (existência de “carteira assinada” ou contrato de trabalho).

Renda Agrícola (RA) - corresponde à parte da riqueza líquida que permanece no estabelecimento agrícola e que serve para remunerar o trabalho familiar e realizar investimentos, ou seja, o Valor Agregado Líquido descontado dos custos de Arrendamento (AR), de Despesas Financeiras (DF), de Impostos (I) e de Salários e encargos sociais (S).

$$\mathbf{RA = VAL - AR - DF - I - S/E}$$

Receita Agrícola Líquida (RAL) - corresponde à parte do Produto Bruto obtido no estabelecimento agrícola que tem como destino a comercialização e a venda para terceiros, excluída as despesas com Custos em Salários e Encargos Sociais (S/E), Custo de Arrendamento (Arr), Impostos e Taxas (Imp) e Despesas Financeiras (DF).

$$\mathbf{RecAL = PB - PBac - S/E - Imp - Arr - DF}$$

Rendas das Atividades Não-Agrícolas (RAÑA) - correspondem às rendas auferidas pelo chefe ou por outros membros da família residentes no estabelecimento agrícola que tenham como origem atividades realizadas fora do estabelecimento, independentemente de sua frequência ou intensidade (prestações de serviços, atividades assalariadas, empreitadas, etc.).

$$\mathbf{RAÑA} = \sum (\mathbf{AÑA} * \mathbf{Rem}) + \mathbf{OB}$$

Onde:

AÑA é a quantidade de dias ou meses de realização de determinada atividade não-agrícola por ano;

Rem é a remuneração auferida por dia ou mês com a atividade não-agrícola realizada;

Rendas de Aposentadorias (RAPOS) - correspondem as rendas decorrentes de benefícios de aposentadoria e pensões auferidos pelo chefe ou por outros membros da família residentes no estabelecimento agrícola no decorrer do ano agrícola.

$$\mathbf{RAPOS} = \sum (\mathbf{Temp} * \mathbf{VBen})$$

Onde:

Temp é a quantidade (em meses) de recebimento do benefício de aposentadoria e pensões no ano;

VBen é o valor mensal em reais do benefício de aposentadoria e pensão.

Rendas de Outras Transferências Sociais (ROTS) - correspondem as rendas decorrentes de transferências sociais de origem externa (Bolsas, auxílios sociais, indenizações públicas, subsídios em dinheiro ou produtos, seguro agrícola, etc.) auferidos pelo chefe ou por outros membros da família residentes no estabelecimento agrícola no decorrer do ano agrícola.

$$\mathbf{ROTS} = \sum (\mathbf{Temp} * \mathbf{VBen})$$

Onde:

Temp é a quantidade de recebimento das transferências sociais no ano;

VBen é o valor unitário das transferências sociais em reais.

Rendas Externas (REx) - correspondem as rendas não-agrícolas decorrentes de receitas não agrícolas (arrendamentos recebidos, receitas de aluguel, rendimentos financeiros, doações, heranças, etc.) auferidos pelo chefe ou por outros membros da família residentes no estabelecimento agrícola no decorrer do ano agrícola.

$$\mathbf{REx} = \sum (\mathbf{Temp} * \mathbf{VBen})$$

Onde:

Temp é a quantidade de recebimento das rendas externas não-agrícolas no ano;

VBen é o valor unitário em reais das rendas externas.

Renda Total (RT) - corresponde à soma da totalidade de rendas agrícolas e não-agrícolas auferidas pelo chefe e pelos demais membros da família residentes na UPA, ou seja, o somatório da Renda Agrícola (RA) com as rendas oriundas de atividades não-agrícolas (RAÑA), com as rendas de aposentadoria (RAPOS), com as rendas de outras transferências sociais (ROTS) e com as rendas externas (REx).

$$\mathbf{RT = RA + RA\tilde{N}A + RAPOS + ROTS + REx}$$

A lista dos indicadores combinados utilizados é a seguinte:

SADT / ST - Corresponde a uma avaliação da contribuição da prática do arrendamento para a constituição da superfície total do estabelecimento agrícola. Busca avaliar a importância do arrendamento de áreas de terceiros, em termos de superfície, para o estabelecimento agrícola.

SDTCU / Spro - Corresponde a uma avaliação da contribuição e importância da área disponibilizada por terceiros como cessão de uso em relação à superfície própria.

SAU/ST - Corresponde a uma avaliação da disponibilidade da Superfície Agrícola Útil em relação à superfície total.

SAU/UTH - Corresponde a superfície agrícola útil disponível por unidade de trabalho e mede a intensidade do emprego da mão-de-obra no estabelecimento rural, quanto maior for o seu valor menor será a intensidade do trabalho nesta unidade de produção.

Mata nativa/ST - Corresponde ao grau de ocupação da Superfície total com áreas de mata nativa.

SAUpas / SAUt - Corresponde ao grau de utilização da Superfície Agrícola Útil com pastagens. Busca avaliar a importância, em termos de ocupação da SAU, das pastagens no estabelecimento agrícola.

SAU past. C.N/SAU past. Total - Corresponde ao grau de utilização da Superfície Agrícola Útil com pastagens com campo nativo.

UTHf / UTHt - corresponde ao grau de participação da mão de obra familiar em relação as necessidades totais em mão de obra do estabelecimento agrícola. Busca avaliar a importância da participação da mão de obra familiar.

CI/PBT - corresponde em termos percentuais, à relação entre os insumos e serviços adquiridos de outros agentes econômicos destinados a formação final do produto bruto do

estabelecimento agrícola. Proporciona avaliar ao grau de mercantilização entre os diferentes sistemas de produção.

VAL/SAU - Corresponde a contribuição de cada unidade de área em termos de Valor Agregado. Busca avaliar a capacidade de geração de riqueza da área do estabelecimento agrícola. Proporciona indicador que permite avaliar a produtividade da terra no estabelecimento agrícola.

VAL/UTHt - Corresponde a contribuição de cada unidade de trabalho homem em termos de Valor Agregado. Busca avaliar a capacidade de geração de riqueza da mão de obra empregada no estabelecimento agrícola. Proporciona indicador que permite avaliar a produtividade do trabalho no estabelecimento agrícola.

RA/SAU - Corresponde a contribuição de cada unidade de área em termos de Renda Agrícola. Busca avaliar a capacidade de geração de renda agrícola da área do estabelecimento agrícola. Proporciona indicador que permite avaliar o rendimento da terra no estabelecimento agrícola.

RA/UTHt - Corresponde a contribuição de cada unidade de trabalho homem em termos de Renda Agrícola. Busca avaliar a capacidade de geração de renda agrícola da mão de obra empregada no estabelecimento agrícola. Proporciona indicador que permite avaliar o rendimento do trabalho no estabelecimento agrícola.

RT/UTHt – Corresponde a Renda Total por unidade de trabalho. Busca avaliar a rentabilidade (ou a remuneração) do trabalho obtida no estabelecimento rural ou fora dele.

RA/UTHf - Corresponde a Renda Agrícola por unidade de trabalho familiar. Busca avaliar a rentabilidade (ou remuneração) da mão-de-obra da familiar obtida no estabelecimento rural.

PB animal/ PB total – Corresponde a avaliação da participação do Produto Bruto gerado pela produção animal em relação ao Produto Bruto total.

PB vegetal/ PB total - Corresponde a avaliação da participação do Produto Bruto gerado pela produção vegetal em relação ao Produto Bruto total.

PB ac/ PB comerc. – Corresponde a avaliação da relação entre o Produto Bruto do autoconsumo da família com o Produto Bruto comercializado. Busca avaliar a importância das atividades de produção destinadas ao autoconsumo da família em relação

RAÑA / RT - Corresponde à contribuição das Rendas Não-Agrícolas para a formação da Renda Total. Busca avaliar a contribuição das Rendas Não-Agrícolas a formação da Renda Total.

RAPOS / RT - Corresponde à contribuição das Rendas das Aposentadorias para a formação da Renda Total.

(RAÑA + RAPOS)/RT - Corresponde à contribuição das Rendas Não-Agrícolas para e das Rendas das Aposentadorias na formação da Renda Total.

4 DIFERENCIAÇÃO SOCIOECÔNOMICA E PRODUTIVA

4.1 FORMAS DE USO DA TERRA E SISTEMAS DE PRODUÇÃO

Os dados da Tabela 1, revelam que a média da superfície total (ST) dos assentados entrevistados no município de Santana do Livramento é de 38,2 ha, em razão de que dentre os agricultores existem seis estilos de agricultura (EA), onde quatro desses estilos trabalhem em parceria com seus filhos, irmãos e pais, o que possibilita maior perspectivas de trabalho.

Em média, as áreas de superfície própria dos assentados da reforma agrária em Santana do Livramento é de 23,5 ha, o que significa que para compensar as reduzidas extensões áreas, os agricultores buscam trabalhar em parcerias o que gera mais alternativas, tanto em mão de obra quanto em maior a disponibilidade de terra.

Dessa forma, os agricultores do presente estudo tendem a ir contra a mercantilização do uso da terra, pois ao invés de buscarem alternativas mais comuns na realidade atual da agricultura, como o arrendamento de áreas para elevar suas produções, buscam opções para melhorar suas condições de trabalho, sem criar uma dependência do mercado externo além de ter que se preocupar com preço do arrendamento para viabilizar seu trabalho. Assim os agricultores estudados do assentamento Liberdade no Futuro, vão em direção contrária a intensificação do uso dos fatores de produção terra e trabalho.

Mesmo o EA 5, que trabalha com leite e soja, o agricultor prefere trabalhar somente no seu lote, o cultivo de soja proporciona uma safra no verão e o pasto na resteva no inverno para os animais. Segundo o agricultor ele já arrendou outras áreas para plantar soja, mas com a alta dos preços do arrendamento e as inseguranças geradas pelo cultivo de soja, acabou por desistir de arrendar e assim reduzindo sua área plantada.

Tabela 1 - Formas de uso da terra entre os estilos de agricultura analisados.

Indicador	Média do universo	Estilos de agricultura					
		EA 1	EA 2	EA 3	EA 4	EA 5	EA 6
Superfície Própria (Ha)	23,5	24,0	23,8	18,0	24,0	28,0	23,0
Superfície Arrendada (Ha)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Parceria (Ha)	15,1	12,0	8,3	45,0	0,0	0,0	25,0
Arrend, de Terceiros (Ha)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Arrend, para Terceiros (Ha)	1,5	0,0	0,0	0,0	9,0	0,0	0,0
Superfície Total (Ha)	38,2	36,0	30,0	63,0	24,0	28,0	48,0

Fonte: pesquisa de campo (2019).

Já no EA 4, ocorre o arrendamento de 9 ha para terceiros que cultivam soja, por essa família possuir além da renda agrícola, renda não-agrícola obtida através da pluriatividade, que pode gerar garantias as famílias, como, outras formas alternativas de assegurar a reprodução socioeconômica dos agricultores. Isso possivelmente acarreta para o agricultor em não conseguir dedicar-se totalmente ao sistema de produção, devido seu trabalho fora da propriedade. Assim, arrenda parte da sua área pelo qual recebe além do valor do arrendamento o pasto plantado para os animais no inverno, o qual é um período de baixa disponibilidade de forragem, e dificulta a produção na atividade leiteira, dessa forma, o pasto recebido pelo agricultor como parte do pagamento do arrendo, gera maior disponibilidade forrageira aos animais e sem elevar os custo de produção, diminuindo a externalização do sistema de produção.

O Quadro 2, representa a partir dos sistemas de criação e de cultivos existentes nos EA's, a busca por alternativas por parte dos agricultores, para se estabelecerem em um município marcado por propriedades com grandes extensões de terra e historicamente voltados para pecuária de corte extensiva.

A baixa extensão de terra dos assentados vista na Tabela 1, inviabiliza a especialização dos agricultores em um único meio gerador de renda, como por exemplo a pecuária de corte, sendo que, de acordo com Gonçalves (1999), a lotação média anual expressa por unidade animal (UA), em pastoreio contínuo sem adubo, que corresponde ao sistema extensivo usado pelos produtores na região é de 0,56 UA/ha. Assim, em 23,5 ha os agricultores alocariam 13,16 UA de 450 kg, o que provavelmente seria insuficiente para o seu sustento e de suas famílias e também para sua permanência na atividade.

Quadro 1 - Criações e cultivos praticados nos estilos de agricultura.

Categoria animal	EA 1	EA 2	EA 3	EA 4	EA 5	EA 6
	Rebanho Permanente					
	Nº Cab.	Nº Cab.	Nº Cab.	Nº Cab.	Nº Cab.	Nº Cab.
Gado Corte	18		36	0	0	0
Gado Leite	30	157	47	18	13	55
Equinos	2	9	2	0	1	0
Ovinos	0	4	0	0	0	0
Suíno	2	36	0	5	9	16
Colméias	0	6	0	0	0	0
Aves	0	70	0	0	20	50
Cultivos	Produções anuais de Verão					

	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)
Soja	0		0	0	10	0
Milho	4	22	4	0	3	10
Feijão	0	0	0	0	0	0
Horta	0	0,040	0	0,010	0,020	0,015
Milheto	6	25	10	2	4	20
Cultivos diversos	0,1	2	0	0,2	1	1,5
Cultivos	Produções anuais inverno					
	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)
Aveia	0	0	0	0	0	0
Aveia Preta	10	30	10	9	4	30
Trigo	0	0	0	0	0	0
Cultivos	Produção permanente					
	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)
Pomar	3,5	1,1	0	0,1	0,5	1,5

Fonte: pesquisa de campo (2019).

Neste sentido a produção de leite se tornou uma atividade de grande importância na geração de renda e também no fortalecimento dos agricultores nos assentamentos, principalmente após ser criada a Coperforte (Cooperativa dos Assentados da Fronteira Oeste) em 2002, pelos próprios assentados a partir de uma necessidade de impulsionar a atividade, sendo que, as demais empresas não buscam o leite nas propriedades dos assentados por possuírem uma baixa produção, além das péssimas condições das estradas.

Dessa forma, sem excluir ninguém a cooperativa proporcionou aos assentados através da compra da sua produção, uma renda mensal, que incentiva a permanência e da competitividade aos pequenos produtores. Portanto, constitui-se a atividade leiteira como uma opção de geração de renda, frente ao caráter excludente e concentrador da produção de *commodities* agrícolas.

Mesmo sendo uma alternativa viável a produção de leite, ela está sujeita a sazonalidades, onde os preços podem variar baixando ou subindo. Neste sentido os agricultores buscam a partir da diversificação da produção e da obtenção de renda através de outras atividades não agrícolas, minimizar os efeitos dessa característica do mercado. Pode-se observar isso no EA 1, que tem a sua renda principal proveniente da produção de leite e diversifica sua produção através da pecuária de corte e também da fruticultura com a produção de videiras.

Santana do Livramento está situado sobre o famoso paralelo 31, segundo Costa (2011), com terras e clima propícios para a produção de frutas, principalmente uvas. Em vista disso, a produção de videiras é uma ótima alternativa, pois no município tem grandes empresas produtoras de vinho, o que pode se tornar uma vantagem para a venda de suas produções, além de que segundo o agricultor a sua produção também é vendida para outros municípios do estado, e em feiras, mercados e para vizinhos.

4.2 FORÇA DE TRABALHO

Para entender-se da melhor forma as estratégias dos agricultores, em relação as suas formas de produção, deve-se prestar a atenção sobre uma importante informação, sendo o uso da força de trabalho necessário para realizar as atividades agrícolas, Unidade de Trabalho Homem (UTH). As UTH referem-se ao somatório das unidades de trabalho homem, com o intuito de quantificar a mão-de-obra utilizada nas atividades agrícolas, sendo ela familiar ou contratada.

A Tabela 2 indica, no que tange as UTHf, que em média nos estabelecimentos tem-se disponível 2,67 UTHf. Com base nestas informações, pode-se assegurar que a maioria das unidades entrevistadas era composta pelo casal e mais um ou dois membros, sendo alguns menores de idade, os quais são considerados como meia UTH, por não se dedicarem em integral aos trabalhos na UPA, em vista que metade do dia dos mesmos, devem estar na escola, o que pode ser percebido no EA1 e também no EA5, onde possuem 3 UTHf, sendo que possuem dois filhos e somados geram 1 UTH. Já no EA6, trabalham na propriedade o casal e um dos seus filhos, sendo que a esposa já tem mais de 60 anos, assim não é considerada uma UTH inteira, sendo considerada 0,75 UTH, e o filho do casal também não é uma UTH inteira, por estar cursando ensino superior e só se dedica a UPA nos finais de semanas, feriados e nas suas férias, sendo considerado uma UTH de 0,65.

Tabela 2 - Estratificação da Unidade Trabalho Familiar (UTHf), Total (UTHt) e Contratada (UTHc) nos estilos de agricultura investigados.

Indicador de trabalho	Média do universo	Estilos de agricultura					
		EA 1	EA 2	EA 3	EA 4	EA 5	EA 6
Unidades de Trabalho Familiar (UTF)	2,67	3,00	2,63	2,50	2,50	3,00	2,40
Unidades de Trabalho Contratada (UTC)	0,04	0,23	0,00	0	0	0	0
Unidades de Trabalho Total (UTT)	2,71	3,23	2,63	2,50	2,50	3,00	2,40
UTF/UTT (%)	98,83	93,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: pesquisa de campo (2019).

Isso nos leva a considerar que na agricultura familiar dos assentamentos de Santana do Livramento, RS, as famílias dispõem, em grande maioria de no máximo 3 UTHf. Neste sentido, levando em consideração que a média das pessoas é de 3,5 por estabelecimento, pode-se afirmar que em sua maioria, as propriedades são formadas pelos casais e pelos seus filhos ainda menores de idade.

Pode-se observar no que tange as Unidades de Trabalho Homem Total (UTHt), ou seja, a mão-de-obra familiar mais a contratada, que não representa mudanças significativas em relação às UTHf. Isso significa que os agricultores do assentamento não contratam mão-de-obra externa e operam basicamente com força de trabalho familiar. O único tipo de estabelecimento que estaria contratando mão-de-obra é o EA 1, em vista da necessidade elevada de força de trabalho, para fruticultura nas épocas de realização dos tratamentos culturais, como a poda, desbaste, aplicação de agrotóxicos e também na colheita. Isso é um indicativo que as famílias dos assentamentos estão contratando pouca força de trabalho externo, o que leva a presumir que os agricultores são capazes de suprir a necessidade de mão-de-obra para realizar as atividades agrícolas. Seguindo nesse raciocínio, se os valores de UTHt são praticamente os mesmos que dos de UTHf, está indicando uma baixa presença de trabalhadores contratados, o que pode ser compreendida pelo uso de tecnologias dos agricultores, que reduz a quantidade de mão-de-obra utilizada.

5 MERCANTILIZAÇÃO E EXTERNALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO

Esse capítulo trata de avaliar os processos diferenciados de externalização produzidos no contexto da mercantilização, o que está relacionado ao objetivo específico 2. Busca-se, desse modo, entender a partir dos diferentes processos de externalização produtiva, como a mercantilização gera processos diferenciados de estilos de agricultura.

Neste sentido, a questão básica a ser verificada, no caso em estudo, é que a mercantilização frequentemente esteve associada à externalização e, portanto, à dependência de recursos mobilizados em um universo subordinado a atores externos (PLOEG, 1990 *apud* NIEDERLE, 2007).

No presente estudo, pode-se observar a partir da Tabela 3, os diferentes estilos de agricultura, de acordo com as relações dos agricultores com o mercado, decorrente do ano agrícola. Em vista de que os agricultores interagem de diferentes formas com os mercados, alguns com mais ou menos intensidade de externalização dos fatores de produção.

Um importante ponto para se observar, à intensidade da externalização existente nos meios de produção agrícola, é o consumo intermediário (CI), já que a partir do CI, pode-se obter as relações de dependência de insumos provenientes do mercado externo. De acordo com Niederle (2007), são considerados neste sentido os gastos com arrendamentos de terra, adubos e corretivos, sementes e mudas, defensivos agrícolas, alimentação e medicamento dos animais, aluguel de máquinas e equipamentos e o pagamento de serviços de empreitadas.

Além do CI, outros fatores são importantes para avaliar a externalização dos EA, como Produto Bruto Total (PBT), Financiamento (Fin) e Fin/CI, Valor Agregado Bruto (VAB) e Valor Agregado Líquido (VAL), os quais permitem o entendimento de como é a relação mercantil dos estilos de agricultura.

Tabela 3 - Síntese dos resultados econômicos globais.

Indicador	Média do universo	Estilos de agricultura					
		EA 1	EA 2	EA 3	EA 4	EA 5	EA 6
Produto Bruto Total - R\$	R\$ 115.203,5	R\$ 152.222,0	R\$ 44.616,0	R\$ 145.680,0	R\$ 20.291,20	R\$ 115.264,5	R\$ 165.829,0
Consumo Intermediário Total -R\$	R\$ 27.545,1	R\$ 42.654,5	R\$ 11.927,8	R\$ 35.826,7	R\$ 1.883,50	R\$ 28.096,2	R\$ 33.649,7
Financiamento - R\$/ano	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Fin./CI (%)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Valor Agregado Bruto -R\$	R\$ 87.658,35	R\$ 109.567,4	R\$ 32.688,1	R\$ 109.853,2	R\$ 18.407,70	R\$ 87.168,2	R\$ 132.179,2
Depreciação Total -R\$	R\$ 8.498,1	R\$ 6.700,0	R\$ 6.477,5	R\$ 11.933,3	R\$ 4.900,00	R\$ 10.108,3	R\$ 10.275,0
Valor Agregado Líquido -R\$	R\$ 79.160,1	R\$ 102.867,4	R\$ 26.210,6	R\$ 97.919,9	R\$ 13.507,70	R\$ 77.059,9	R\$ 121.904,2
Distribuição do Valor Agregado -R\$	R\$ 700,00	R\$ 4.200,0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Externalização total - CI/PB - (%)	23,37%	28,02%	27,68%	24,59%	9,28%	24,38%	20,29%

Fonte: pesquisa de campo (2019).

Com o intuito de verificar as relações dos agricultores do presente estudo com os mercados, a partir da Tabela 3, podemos observar que ambos os estilos de agricultura possuem um baixo índice de externalização, onde a média dos agricultores do estudo é de 23,37%. Essa baixa externalização da produção, pode ser vinculada a inexistência de financiamentos bancários ou empréstimos com qualquer outro tipo de instituição por parte dos agricultores analisados, demonstrando que estes agricultores não estão fortemente ligados aos circuitos mercantis.

Por não ser utilizado o sistema financeiro para bancar os custos de produção, pode-se considerar que os agricultores familiares são capazes de custear por conta própria estas despesas, ou mesmo, buscam alternativas que reduza a dependência do mercado financeiro, em vista que os custos mensais podem chegar em um valor relativamente elevado, como é observado no EA1 com R\$ 3.554,54, dessa forma os agricultores buscam alternativas viáveis para assegurar a produção o que gera um elevado grau de autonomia.

Resultados divergentes foram observados por Conterato (2004), onde 71,2% dos agricultores familiares estudados, necessitaram acessar o sistema financeiro buscando recursos para financiar as atividades produtivas, demonstrando-se fortemente integrados aos circuitos mercantis. Os dados analisados no estudo comprovam a dependência financeira dos agricultores familiares em relação ao sistema financeiro para viabilizar as atividades produtivas.

De acordo com a Tabela referida, é possível verificar no EA 1 que o PBT é de R\$ 152.222,00, possuindo o segundo maior PBT entre os EA estudados, e o maior CI sendo de R\$ 42.654,50, tornando-o assim, o EA com maior relações mercantis entre os estudados, obtendo uma externalização de 28,02%. Pode ser observado também, que o VAB é relativamente menor que o PBT sendo de R\$ 109.567,4, em vista de que é um valor obtido a partir do desconto do CI utilizado no decorrer do ano agrícola. Os valores são ainda menores em relação ao PBT, ao ser analisado o VAL, onde os valores são de R\$ 102.867,40, correspondendo ao VAB ao ser descontado à depreciação dos equipamentos e benfeitorias, dessa forma, 32,43% de tudo que é produzido pelo agricultor, são custos referentes há alguma forma de interação com os mercados.

Já o EA 2, possui os menores valores de PBT, os quais são de R\$ 44.616,00 e possui o segundo mais baixo CI, sendo de R\$ 11.927,80. Mesmo possuindo o segundo menor CI em relação aos demais EA's estudados, observa-se que possui um das maiores externalização do sistema produtivo, dessa forma havendo um grau elevado de dependência dos mercados externos, o que pode ser ocasionado pela especialização dos produtores em um único sistema produtivo, sendo esse a produção de leite. Como observado anteriormente no EA 1, os valores analisados do VAB é de R\$ 32.688,10 e VAL de R\$ 26.210,60, demonstram existir um elevado custo de produção e depreciação referente ao PBT, onde o CI e a depreciação neste caso correspondem há 41,26% do PBT.

No EA 3, os valores referentes ao PBT são de R\$ 145.680,00 e o de CI é de R\$ 35.826,70, possuindo dessa forma o terceiro PBT mais alto entre os EA's do referido estudo, e com o segundo CI mais alto. Representando que diferentes estilos de agricultura podem ser ocasionados pela capacidade de agência existentes entre os agricultores, ou seja, os agricultores possuem espaços de manobras e estratégias, mais ou menos eficientes, criadas com o intuito de manter uma autonomia relativa da unidade de produção em relação aos processos mercantis. Os valores referentes ao VAB são de R\$ 109.853,20 e de VAL R\$ 97.919,90, o que representa o terceiro maior VAL dos sistemas de produção, onde os custos de produção somam-se 32,79%.

Já o EA 4, possui entre os EA's estudados o menor valor de PBT, sendo de R\$ 20.291,20, e um CI expressivamente baixo com apenas R\$ 1.883,50, podemos assim entender que há um baixo investimento nos sistemas de produção, dessa forma, as relações mercantis do EA são extremamente baixas como pode ser visto pela externalização do sistema de produção, onde os valores são de 9,28%. Como visto anteriormente, para esse EA, tem grande importância às rendas não agrícolas, o que pode explicar a quase inexistência de investimentos, o que afere um CI tão baixo ao sistema de produção. Os

demais valores obtidos nas amostras são de VAB onde se tem R\$ 18.407,70 e de VAL de R\$ 13.507,70, a partir do desconto do CI e da depreciação das estruturas e equipamentos se tem 33,41% dos custos, o qual a depreciação é maior que o CI.

No EA 5, observa-se valores de PBT de 115.264,50 e um valor de CI de R\$ 28.096,2, sendo relativamente baixo levando em consideração que nesse EA é produzido soja, uma cultura altamente introduzida nos mercados de *commodities* e conseqüentemente com elevados índices de externalização, não sendo o caso no presente estudo em vista que a externalização é de 24,38%. O que podemos constatar é que este agricultor não está totalmente inserido neste sistema vicioso, por não depender prioritariamente do subsistema soja para obter sua renda e por não estar vinculado aos sistemas de créditos para financiar as lavouras, gerando uma autonomia ao produtor. Os valores obtido referentes ao VAB são de R\$ 87.168,20, já os de VAL são de R\$ 77.059,90, os quais representam que 33,15% são custos de produção.

Por fim, os valores obtidos no EA 6 referente aos de PBT são de R\$ 165.829,0, sendo o maior valor entre os EA estudados, em vista de ser um dos sistemas com maior diversificação de produção, e possui somente o terceiro maior CI sendo de R\$ 33.649,7. Dessa forma, possuindo o segundo mais baixo índice de externalização sendo de 20,29%, o que nos permite observar que a partir de uma diversificação de produção, gera autonomia aos agricultores em relação aos processos mercantis. Os valores referentes ao VAB são de R\$ 132.179,20 e os de VAL é de R\$ 121.904,2, assim o desconto dos valores de CI e depreciação representam 27,1% do PBT, os quais são os custos de produção, pode-se observar que mesmo possuindo o maior PBT o EA em questão possui a menor porcentagem de custos.

Ao comparar o presente estudo com os resultados obtidos por Lütke (2015), pode-se observar resultados opostos aos deste, onde percebeu-se que os resultados obtidos na pesquisa evidenciou um alto grau de externalização em todos os sistemas produtivos com os índices acima de 50%, pois os agricultores dependem dos mercados, para compra de insumos externos e exigem uma estrutura e investimentos em máquinas e equipamentos elevado. Já os resultados obtidos no presente estudo ficaram em 23,37% de externalização dos sistemas de produção, os quais são consideravelmente baixos, o que proporciona elevado grau de autonomia aos agricultores.

Como observado no estudo de Conterato (2004), uma importante constatação é que todos estabelecimentos encontram-se, de alguma maneira, inseridos nos circuitos mercantis, através da absorção de algum de insumo ou produto, demonstrando que não se tratam de agricultores que vivem em regime de economia autárquica. E essa inserção nos circuitos mercantis para aquisição de insumos e

produtos não apenas caracteriza a mercantilização como faz dela um fator de sua reprodução, uma vez que inseridos num ambiente social e econômico competitivo e de certa maneira seletivo, os agricultores necessitem constantemente renovar estas vínculos.

Segundo Ploeg (1993), uma vez que a externalização crescente de tarefas e produção ocorre, implica um envolvimento crescente das relações de troca, dos objetos de trabalho em si, dos instrumentos e, progressivamente, do trabalho, eles entram no processo de produção em qualidade de mercadorias e assim eles atingem simultaneamente um valor de uso e um valor de mudança. Dessa maneira, as relações comerciais penetram no centro do processo de produção e começam a comercializar o próprio processo de trabalho.

Os dados da Tabela 4, nos permitem ver melhor os custos de produção referente a cada subsistema analisado, pois está fracionado, e também dá para ver qual desses subsistemas possui maior grau de externalização. Tem Estilos de Agricultura especializados somente no sistema de produção de leite, além de estilos mais diversificados.

O EA 1 representa um estilo de agricultura diversificado, com três subsistemas geradores de renda, onde o subsistema leite é responsável por 60,05% do Produto Bruto (PB) gerado pela venda, o qual possui um CI de R\$ 31.324,40, dessa forma, é responsável por mais da metade dos custos de produção entre os subsistemas, sendo responsável por 73,1% do total, assim, pode-se afirmar que é o subsistema leite é responsável pela maior porcentagem de externalização da produção. O subsistema pecuária de corte representa a menor porcentagem do PB sendo de 6,57%, o qual possui um baixo CI de R\$ 541,50, dessa forma, pode-se observar que é o subsistema menos externalizado desse EA, onde o total dos custos de produção representam 1,6% do total dos subsistemas, havendo assim uma baixa dependência dos mercados para sua produção. Já o subsistema fruticultura representa uma porcentagem do PB consideravelmente alta sendo de 33,36%, o qual possui um CI de R\$ 10.788,60, dessa forma, demonstrando um grau de externalização considerável, em vista que esse subsistema representa 25,3% dos custos totais de produção, havendo assim uma interação elevada com os mercados. Pode-se constatar que ambos os subsistema possuem alguma forma de interção com os mercados, como visto anteriormente, os quais acabam tendo de alguma forma um grau de dependência para se produzir.

Tabela 4- Tabela síntese dos resultados do Produto Bruto (PB) e Custos de Produção (CP) por subsistema.

EA	Subsistema	PRODUTO BRUTO (PB) -Venda	CUSTOS DE PRODUÇÃO (CP)			
			Consumos Intermediários (CI)	Pagamentos a Terceiros (PT)	Total Custo Produção	Total Custo Produção (%)
EA 1	Leite	R\$ 76.500,0	R\$ 31.324,4	R\$ 2.406,5	R\$ 33.730,9	73,1
	Pecuária de corte	R\$ 8.380,0	R\$ 541,5	R\$ 176,0	R\$ 717,5	1,6
	Fruticultura	R\$ 42.500,0	R\$ 10.788,6	R\$ 892,5	R\$ 11.681,1	25,3
EA 2	Leite	R\$ 35.595,0	R\$ 11.927,8	R\$ 3.222,5	R\$ 15.150,3	100,0
EA 3	Leite	R\$ 106.740,0	R\$ 34.941,8	R\$ 3.041,5	R\$ 37.983,3	97,1
	Pecuária de corte	R\$ 12.300,0	R\$ 885,0	R\$ 258,3	R\$ 1.143,3	2,9
EA 4	Leite	R\$ 15.515,20	R\$ 1.883,50	R\$ 625,82	R\$ 2.509,32	100,0
EA 5	Leite	R\$ 19.200,0	R\$ 8.096,2	R\$ 1.203,2	R\$ 9.299,4	30,85
	Soja	R\$ 40.000,0	R\$ 20.000,0	R\$ 840,0	R\$ 20.840,0	69,15
EA 6	Leite	R\$ 111.150,0	R\$ 33.649,7	R\$ 5.334,2	R\$ 38.983,9	98,3
	Produção vegetal	R\$ 12.925,0	R\$,0	R\$ 271,4	R\$ 271,4	0,7
	Processados – vegetal	R\$ 4.380,0	R\$,0	R\$ 92,0	R\$ 92,0	0,2
	Processados -animal	R\$ 15.480,0	R\$ 0,0	R\$ 325,1	R\$ 325,1	0,8

Fonte: pesquisa de campo (2019).

Já o EA 2, representa um estilo de agricultura especializado em um único meio gerador de renda, sendo o subsistema leite responsável por 100% do PB gerado pela venda, o qual possui um CI de 11.927,80, dessa forma, os custos totais de produção do subsistema leite representam 100%, o que pode representar a perda de autonomia dos produtores do EA 2, o qual proporciona o aumento da dependência desses agricultores aos mercados, em vista que essa dependência ocorre e aumenta à medida que os agricultores vão tornando-se especializados na produção de um ou outro produto ou cultivo.

O EA 3 possui dois subsistemas de produção, onde o subsistema leite é responsável por 89,66% do PB gerado a partir da venda dos produtos produzidos, o qual possui um CI de R\$ 34.941,80, o qual é responsável pela maior parte dos custos de produção, sendo esses de 97,1% do total dos custos, dessa forma, mesmo o agricultor não dependendo somente de um subsistema gerador de renda, está altamente especializado no sistema de produção de leite o qual possui um elevado índice de externalização em relação ao outro subsistema existente, assim possui um elevado nível de relações com os mercados externos. Já o subsistema pecuária de corte representa 10,33% do PB total, o qual possui um CI de R\$ 885,00, da mesma forma que foi observado no subsistema pecuária de corte do EA 1, tanto os valores dos custos de produção como a representatividade na renda, são relativamente menores que os demais

sistemas de produção, além de ter uma baixa interação com os mercados o que é refletido pela baixa externalização desse subsistema, pois possui um custo total de produção de 2,9%, o qual permite um elevado grau de autonomia, pode-se entender com esses resultados que os agricultores tratam a pecuária de corte como uma forma de poupança viva, onde é realizada a venda dos animais conforme a necessidade de obter uma renda extra.

No EA 4 da mesma forma que o EA 2, é um estilo de agricultura especializado no sistema de produção de leite, onde dessa forma 100% do PB é proveniente do mesmo, mas possui um CI relativamente inferior aos sistemas analisados nos demais EA, sendo de R\$ 1.883,50, o que gera um baixo índice de externalização, como pode ser observado na Tabela 3, com valores de 9,28%. Esses índices podem ser entendidos pelo baixo investimento do agricultor em insumos externos para viabilizar sua produção, como pode ser observado no Quadro 1, onde, pode-se perceber que o agricultor não produz alimentos como milho e milheto para os animais, os quais são importantes fontes de nutrientes comumente cultivados por produtores da região, onde do milho é feita a silagem que garante o armazenamento de um alimento de grande capacidade energética, para os períodos críticos de produção e escassez de alimentos, mas possui a produção de 9 ha aveia preta, a qual é recebida plantada no inverno na área que é arrendada para o plantio de soja no verão, dessa forma, não gerando custos de produção o qual não interfere no CI. Assim como falado anteriormente, mesmo com baixos índices de externalização, todos os EA possuem alguma forma de relação com os mercados.

O EA 5 é constituído pelos subsistemas de produção de leite e soja, o qual se diferencia dos demais EA, pois representa um estilo de agricultura introduzido em um sistema de produção de *commodities*, o qual representa uma elevada relação mercantil. O subsistema leite reflete 32,43% do PB da venda, com um CI de R\$ 8.096,20, indo ao contrário dos demais casos, pois, o subsistema leite neste EA não representa o maior PB, e possui um custo total de produção relativamente baixo em comparação ao subsistema soja, sendo de 30,85%, o que pode ser compreendido pelas menores dependências das relações mercantis entre o subsistema leite e soja, onde no subsistema leite o agricultor possui maior autonomia, como pode ser visto pelo alto custo de produção da soja que é de 79,15%, onde o CI é de R\$ 20.000,00 que reflete em 50% do PB gerado pela venda.

Já o EA 6 é o estilo de agricultura estudado com maior diversificação da produção, com os subsistemas de produção de leite, produção vegetal, processados de origem animal e processados de origem vegetal, o qual garante ao agricultor uma autonomia e também uma segurança em relação às oscilações dos mercados. O subsistema leite corresponde a maior parte da renda da família com

77,22% do PB da venda, com um CI R\$ 33.649,70, dessa forma, é o sistema produtivo com maior relação mercantil, sendo que possui um custo total de produção de 98,3%, podendo ser percebido assim que o subsistema leite representa as mais altas relações de mercantilização devido essa elevada relação de externalização entre os subsistemas. Já os subsistemas de produção vegetal, processamento de origem animal e vegetal, somados representam 22,78% do PB, os quais tem uma grande importância na geração da renda da família em vista do baixo custo de produção, que somados os três juntos representam 1,7%, gerando ao agricultor uma elevada lucratividade, esse baixo custo é explicado pela quase inexistência da compra de insumos para sua produção, sendo utilizados recursos já existentes na propriedade, dessa forma, os produtos são vendidos em feiras livres, garantindo ao agricultor uma renda extra por semana, o qual reduz a dependência do subsistema leite e gera maior autonomia ao agricultor.

6 ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIOECÔNOMICAS DOS ESTILOS DE AGRICULTURA

Esse capítulo, é vinculado ao objetivo específico três, procura analisar as estratégias diferenciadas de reprodução socioeconômica do núcleo familiar. A ideia geral é entender como as famílias se reproduzem socioeconomicamente. O capítulo será dividido em duas seções, sendo uma primeira que analisa a questão da formação da renda, e a outra, explora as questões relacionadas ao autoconsumo. Desse modo, ambos os aspectos (renda e autoconsumo) tem relação direta entre mercantilização e reprodução socioeconômica das famílias.

6.1 FORMAÇÃO DA RENDA DAS FAMÍLIAS

Os estilos de agricultura analisados no presente estudo, representam formas diferenciadas de reprodução socioeconômicas, onde cada EA, possui formas específicas de se reproduzirem economicamente. Desse modo, algumas famílias rurais optam pela combinação de atividades agrícolas com outras formas de ocupação em atividades não agrícolas, resultando na pluriatividade das rendas, já outras famílias reproduzem-se economicamente a partir de atividade monoativas, que se caracterizam pela exclusividade do trabalho agrícola no interior da propriedade em que residem. Outro aspecto a ser salientado é a importância, que assumem as transferências sociais (aposentadorias e pensões) na renda das famílias (SCHNEIDER *et al.*, 2006).

Resultados que corroboram com essas informações foram verificados por Schneider *et al.* (2006), onde mostra que no conjunto das quatro regiões do Estado do Rio Grande do Sul, as rendas agrícolas são decisivas para a maioria dos agricultores familiares, respondendo por praticamente 59% da renda total, seguidas das rendas auferidas das transferências sociais, especialmente aposentadorias, que alcançam 19,6%. Mas as rendas de atividades não agrícolas estão em terceiro lugar, respondendo por 17,5% do total da renda das famílias de agricultores, o que revela a sua importância como fonte de ingresso.

Já os resultados obtidos na Tabela 5 do presente estudo, onde, está sendo avaliado os indicadores econômicos dos agricultores familiares assentados da reforma agrária do município de Santana do Livramento, foi observado a decisiva importância das rendas agrícolas para a reprodução social e econômica dos agricultores familiares, a qual corresponde por 82,15% da renda total, seguidas das rendas recebidas por transferências sociais, principalmente aposentadorias, que alcançam 12,44%. Onde as rendas provenientes da pluriatividade estão em terceiro lugar, respondendo por 5,41% do total

da renda dos agricultores familiares, revelando resultados similares ao obtidos por Schneider *et al.* (2006).

O EA 1, representa um estilo de agricultura que possui uma combinação permanente de atividades agrícolas e não agrícolas, caracterizando e definindo como uma família pluriativa, que tanto pode ser um recurso utilizado pela família, para garantir a reprodução social do grupo ou do coletivo que lhe corresponde, como também pode representar uma estratégia individual, dos membros que constituem a unidade doméstica. Ainda como principal meio de geração de renda da família são as atividades provenientes da agricultura, o qual representa 84% da renda total, contudo, as atividades não agrícolas possuem grande importância na reprodução socioeconômica da família, tendo uma representatividade de 16% do total da renda (SCHNEIDER, 2001).

Se em outras épocas os agricultores recorriam esporadicamente aos trabalhos não agrícolas, visando complementar as receitas da propriedade, atualmente este fenômeno é permanente e representa muito mais do que uma mera suplementação de rendas (SCHNEIDER, 2001).

Tabela 5 - Indicadores econômicos dos estilos de agricultura analisados.

Rendas	EA 1		EA 2		EA 3	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1 - Rendas Agrícolas	R\$ 98.667,46	84%	R\$ 104.842,76	62%	R\$ 97.919,92	100%
2 - Rendas Não-Agrícolas	R\$18.200,00	16%	R\$ 64.870,00	38%	R\$0,00	0%
2.1 - Pluriatividade	R\$18.200,00	100%	R\$ 0,00		R\$0,00	
2.2 - Transferência de Renda	R\$0,00		R\$ 64.870,00	100%	R\$0,00	
3 - Renda Familiar Total	R\$116.867,46	100%	R\$ 169.712,76	100%	R\$97.919,92	100%
4- Renda Agrícola/UTF	R\$ 32.889,15		R\$ 38.133,01		R\$ 39.167,97	
5 - Renda familiar Total/UTF	R\$ 38.955,82		R\$ 63.648,54		R\$ 39.167,97	
Rendas	EA 4		EA 5		EA 6	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1 - Rendas Agrícolas	R\$ 13.507,70	46%	R\$ 77.059,92	100%	R\$ 121.904,25	90%
2 - Rendas Não-Agrícolas	R\$15.600,00	54%	R\$0,00	0%	R\$12.974,00	10%
2.1 - Pluriatividade	R\$15.600,00	100%	R\$0,00		R\$0,00	
2.2 - Transferência de Renda	R\$0,00		R\$0,00		R\$12.974,00	100%
3 - Renda Familiar Total	R\$29.107,70	100%	R\$77.059,92	100%	R\$134.878,25	100%
4- Renda Agrícola/UTF	R\$ 5.403,08		R\$ 25.686,64		50722,98911	
5 - Renda familiar Total/UTF	R\$ 11.643,08		R\$ 25.686,64		R\$ 56121,31	

Fonte: pesquisa de campo (2019).

No EA 2, pode-se perceber a importância que as transferências de renda, principalmente a aposentadoria, representam na geração de renda dos agricultores, onde é responsável por 38% da renda total dos agricultores analisados, dessa forma, demonstra grande influência na reprodução socioeconômica das famílias, auferindo segurança e estabilidade financeira, já que as rendas agrícolas

representam 62% do total produzido, demonstrando que mesmo após a aposentadoria dos agricultores as rendas agrícolas continuam assumindo o papel de reprodução das famílias. No estudo realizado por Schneider *et al.* (2006), demonstra-se como é significativa a presença e importância da renda proveniente de transferências sociais para ambos os grupos, mais acentuadamente entre as famílias monoativas (36,8%), que entre as pluriativas (26,3%).

O EA 3 e EA 5, representam estilos de agricultura que tem sua reprodução socioeconômica somente proveniente das atividades agrícolas, representando 100% da renda, demonstrando que a agricultura familiar tem condições de se reproduzir com garantia, somente a partir das atividades agrícolas, em vista de que mesmo sem possuir atividades não agrícolas de geração de renda possuem o quarto e o quinto maior rendimento financeiro entre os estilos de agricultura analisados. Nos contextos em que a agricultura familiar é a forma social hegemônica, o aparecimento da pluriatividade tende a estar acompanhado de um processo de mercantilização, que se associa aos processos de externalização da agricultura na medida em que há uma crescente interação com os mercados para além daqueles associados aos produtos e serviços agropecuários (PLOEG, 1990; 1992 *apud* SCHNEIDER *et al.* 2006).

Neste sentido, pode-se entender a partir dos dados analisados no capítulo 5, referente a mercantilização e externalização dos sistemas produtivos, que os agricultores estudados possuem uma baixa dependência dos mercados, onde possuem em média 23,37% de externalização, demonstrando um elevado grau de autonomia em relação aos mercados, auferindo aos agricultores que ao possuírem menor dependência dos mercados externos para produzir, suas condições de reprodução socioeconômicas, são mais eficientes e não havendo a necessidade de se tornar pluriativa para garantir essa reprodução.

Em vista de que os EAs 3 e 5, possuem um baixo grau de externalização, pode-se constatar que a inexistência da pluriatividade nestes estilos de agricultura, partem do reconhecimento de que a pluriatividade como estratégia de reprodução na agricultura familiar passa, necessariamente, pela consideração de que a mercantilização na agricultura ocorre por meio da externalização dos processos produtivos e de inserção em mercados de trabalho não agrícolas (SCHNEIDER *et al.* 2006).

No EA 4, pode-se perceber que é um sistema altamente dependente da renda não agrícola para garantir a reprodução socioeconômica da família, onde a renda proveniente da pluriatividade representa 54% da renda total produzida pelos agricultores, o qual demonstra a importância das rendas não agrícolas na reprodução social e econômica dos agricultores familiares. Indo em direção contrária do

que visto anteriormente nos EAs 3 e 5, que demonstram que a inserção dos agricultores nos sistemas de produção pluriativos, passam por um elevado nível de mercantilização ocasionado pela externalização da produção, em vista disso, mesmo o EA 4 possuindo um baixo índice de externalização, e dessa forma, possuindo baixa interação mercantil, pode ser explicado essa dependência das rendas não agrícolas pela integração produtiva muito incipiente e a venda da força de trabalho passa a ser a principal mercadoria de troca dos agricultores com o mercado (SCHNEIDER *et al.* 2006), tornando a pluriatividade uma forma importante de garantir a reprodução socioeconômica das famílias.

Já o EA 6, representa um estilo de agricultura entre os analisados, que possuem alguma renda não agrícola, o que possui há menor dependência dessa renda, em vista que a renda agrícola representa 90% do total produzido pela família, possuindo um grande diferença do EA 2 que da mesma forma que o EA 6 possuem transferências de rendas, sendo proveniente de aposentadorias, e essa renda não agrícola representa 38% do total produzido, assim, pode-se assegurar que é significativa a presença e importância da renda proveniente de transferências sociais para ambos os grupos, mas é mais acentuadamente entre as famílias especializadas em um único subsistema de produção, que entre as famílias mais diversificadas.

Segundo Conterato (2004), a pluriatividade é uma condição das famílias que possuem a menor capacidade instalada além dos menores estabelecimentos em relação às demais. Assim pode-se considerar que a pluriatividade apresenta-se como um recurso para as famílias de agricultores excluídas do processo de modernização da agricultura, como é o caso do EA4, enquanto a pluriatividade de base agrária, ao contrario, é um recurso disponível apenas aos agricultores que tiveram a possibilidade de acessar tecnologias e equipamentos o que lhes permite prestar serviços remunerados aos demais agricultores.

De acordo com os dados analisados, pode ser entendido que as rendas não agrícolas possuem grande importância para a reprodução social e econômica das famílias, em vista que 80% das UPAs estudadas possuem alguma renda não agrícola, mas mesmo que as rendas não agrícolas impliquem em um aumento e melhoria nas rendas, não é possível afirmar que seja um estímulo ao abandono da agricultura e uma dedicação crescente às atividades não agrícolas (SCHNEIDER *et al.* 2006).

6.2 PRODUÇÃO PARA O AUTOCONSUMO

Nas análises sobre o autoconsumo nos estabelecimentos cabe chamar a atenção para o fato de que este tipo de informação pode representar condições socioeconômicas distintas, pois tanto pode-se

estar na presença de um estabelecimento muito pequeno, pobre e com poucas pessoas ou, ao contrário, estar se referindo a um estabelecimento altamente modernizado e tecnologicamente, que é especializado na produção de poucos produtos para venda e produz muito pouco do que consome dentro da própria propriedade (CONTERATO, 2004). Esta produção “pro gasto”, como denominam os agricultores gaúchos, pode ser compreendida como aquela produção realizada pela família e destinada ao seu próprio consumo (GRISA; SCHNEIDER, 2008).

É interessante notar que para o conjunto dos estabelecimentos pesquisados, a proporção do autoconsumo sobre o Produto Bruto Total (PBT), das famílias corresponde, há uma média de 23,35%. Similarmente, Buainain *et al.* (2002) e Leite (2004) *apud* Grisa e Schneider (2008), mostram, respectivamente, que o autoconsumo responde em torno de 20% do produto gerado na unidade produtiva e 17,79% do rendimento total da agropecuária. Logo, esta não pode ser tomada como uma estratégia de unidades familiares decadentes ou atrasadas, mas uma alternativa viável e presente em todas as faixas de renda, inclusive evidenciando-se mais expressiva nos extratos superiores em termos de valor absoluto de Produto Bruto de autoconsumo (NIEDERLE, 2007).

A autonomia produtiva e reprodutiva do grupo doméstico é gerada através da produção de autoconsumo familiar, a qual mantém interna a unidade produtiva, sendo essa uma das principais esferas que mantém a reprodução do grupo doméstico dependendo cada vez menos das condições externas para se reproduzir socialmente. Ainda segundo o autor, a produção dos alimentos básicos que integram a alimentação do grupo familiar, gera processos de segurança alimentar dos agricultores familiares (GAZOLLA, 2004 *apud* LÜTKE, 2015).

Neste sentido, destaca-se que a produção de alimentos para o autoconsumo das famílias rurais, gera um padrão de alimentação superior àquelas que não o fazem, dessa forma, os estabelecimentos que produzem seu próprio alimento possuem maiores condições de segurança alimentar (GRISA; SCHNEIDER, 2008). Em vista de que a produção para o autoconsumo é uma estratégia recorrente entre as famílias investigadas, onde todas as famílias possuem algum tipo de produção, sendo provenientes de hortas e pomares ou alimentos provenientes da transformação caseira (pães,ucas, queijos, geleias, etc.), além de alimentos provenientes da criação animal (galinha caipira, suínos, bovinos, etc.) e também da lavoura (feijão, mandioca, batata doce, milho verde, etc.), garantindo aos agricultores que mesmo com uma baixa renda possuam uma boa e variada alimentação.

A Tabela 6, apresenta os valores do Produto Bruto do autoconsumo, onde os dados dessa produção são aproximados em cada sistema produtivo. Por se tratar de uma produção para o

autoconsumo, ou seja, não ser feita a venda os agricultores fazem uma estimativa de quanto colheram e consomem, pois não contabilizam esses itens por peso ou quantidade.

Dessa forma, os dados apresentados no quadro abaixo, representam a estimativa da produção para o autoconsumo, onde o EA 1, possui no ano agrícola analisado entre produtos provenientes da produção vegetal, animal e processados um valor total de R\$ 12.060,00, com uma representatividade de 7,9% do Produto Bruto Autoconsumo (PBA) em relação ao Produto Bruto Total (PBT), mesmo que essa porcentagem seja a segunda menor entre os EAs analisados, representa uma grande autonomia a família, em vista de que os valores auferidos pelo autoconsumo, demonstrem o quarto maior valor de autoconsumo entre os analisados. Dessa forma, pode-se perceber que mesmo o EA 1, possuindo a maior porcentagem de externalização da produção em relação aos demais estudados, não possui a menor produção de autoconsumo, indicando que a mercantilização da agricultura não afeta diretamente a produção de alimentos para o consumo da própria família. Como afirmam Gazolla (2004) e Ploeg (1990) *apud* Grisa e Schneider (2008), maior mercantilização da agricultura não é sinônimo de redução do autoconsumo e, similarmente, diminuição deste não significa maior mercantilização daquela

Tabela 6 - Produção para o autoconsumo da família.

Indicador		EA 1	EA 2	EA 3	EA 4	EA 5	EA 6
	Unidade						
Autoconsumo Vegetal (PB)	R\$	1.810,0	7.447,3	1.915,0	2.550,00	11.892,5	9.786,0
Autoconsumo Animal (PB)	R\$	5.600,0	4.594,3	2.400,0	6.000,0	6.000,00	9.480,0
Autoconsumo Processado (PB)	R\$	4.650,0	2.291,0	1.590,0	1.224,0	1.224,00	6.858,0
PB Total Autoconsumo	R\$	12.060,0	14.332,5	5.905,0	9.774,0	19.053,5	26.124,0
PB Autoconsumo/ PB total	%	7,9	33,2	4,1	31,0	16,53	15,73

Fonte: pesquisa de campo (2019).

No EA 2, tem-se a maior porcentagem do PBA em relação aos PBT, sendo de 33,2%, demonstrando que nesse estilo de agricultura o autoconsumo tem grande importância para a reprodução social e para o fortalecimento das famílias as quais são especializadas no sistema de produção de leite e altamente dependentes das rendas provenientes das transferências sócias (aposentadorias), o que proporciona as famílias uma maior diversidade e qualidade dos alimentos, elevando a segurança alimentar dos mesmos. Da mesma forma que o EA1, o EA2 possui a segunda maior porcentagem de externalização da produção, reforçando ainda mais, a importância do autoconsumo, mesmo para os agricultores mais inseridos nos processos de mercantilização.

O EA 3, é o estilo de agricultura entre os analisados com menores valores gerados pela produção para o autoconsumo, onde, produz um total de R\$ 5.905,00 no decorrer do ano agrícola

analisado, o que representa um total de 4,1% do PBA em relação ao PBT, demonstrando que neste caso a uma menor intensidade de produção de produtos para o consumo da família, em relação aos demais analisados, onde, a maior representatividade é vista no autoconsumo de origem animal, principalmente a carne bovina que representa R\$ 2.400,00, posteriormente os produtos de origem vegetal, os quais tem maior importância, no sentido de maior produção, são a batata doce e a mandioca que juntos somam R\$ 1.450,00, e então os produtos processados tanto de origem animal como vegetal como queijos e pães que geram um total de R\$ 1.590,00. Desse modo, pode ser entendido que os menores níveis de mercantilização não proporcionam maior produção em relação ao autoconsumo.

Já o EA 4, é o estilo de agricultura entre os analisados com a segunda maior porcentagem do PBA em relação ao PBT, com valor de 31,0%, o que afere aos agricultores uma elevada importância nos processos socioeconômicos, e demonstra a relevância do autoconsumo para reprodução social dos agricultores, mesmo os pluriativos, como é o caso do EA4, onde 54% da renda total é proveniente das atividades não agrícolas. Demonstra-se então que no presente estudo, mesmo com a fragilização da produção para o autoconsumo, a partir transformações técnicas e produtivas decorrentes da modernização da agricultura, onde os agricultores familiares inseriram-se crescentemente em dinâmicas de mercado, tanto para produção como para venda de trabalho, não se perdeu a tradição e o saber da importância de produzir os próprios alimentos para o consumo, o que garante a autonomia dos processos produtivos dos agricultores (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2006).

O EA 5, entre os estilos de agricultura analisados no presente estudo, possui o segundo maior valor de produção para o autoconsumo, com R\$ 19.053,50 onde o PBA representa 16,53% do PBT, garantindo ao agricultor um elevado grau de autonomia e segurança alimentar. Demonstrando que mesmo agricultores que estão inseridos em processos de produção de *commodities*, como a soja, como é o caso do EA 5, reconhecem a importância da produção de alimentos para a própria família como forma de garantir a reprodução socioeconômica. O qual vai no sentido contrário do que constatado por Gazolla e Schneider (2006), onde as lavouras de soja estão deslocando as produções com o objetivo de suprir as necessidades da família e tomando seu espaço dentro da unidade produtiva, caracterizando o desaparecimento da produção para o autoconsumo e dando lugar a lavouras voltadas para o mercado.

O EA 6, apresenta a maior produção para o autoconsumo, com o valor de R\$ 26.124,00 representando uma porcentagem de 15,73% do PBA em relação ao PBT, o qual possui uma grande diversidade na produção de alimentos para o autoconsumo, onde são cultivados hortaliças, frutas, mandioca, feijão, feijão miúdo, milho verde, abóbora, pepino, etc. Também há criação de suínos,

bovinos, e galinhas caipiras, além de alimentos processados em casa como compotas, conservas, pães, queijos, banha, doces, etc. Demonstrando a importância da diversidade de produção, onde o EA 6, entre os estilos de agricultura analisados, possui o maior PBT, a segunda menor externalização da produção e a maior produção para o autoconsumo. Foram verificados resultados semelhantes no estudo de Lütke (2015), onde o SP 2 possui a maior remuneração, o menor índice de externalização e a maior produção de autoconsumo, reforçando a importância da autonomia do agricultor diante dos mercados.

A produção de alimentos para o consumo familiar garante o fornecimento de itens básicos na alimentação dos membros da família, e com ótima qualidade, pois, geralmente estes são cultivados sem o uso de agrotóxicos e insumos químicos, permitindo o fornecimento de alimentos frescos e saudáveis, o que é muito importante para a sua segurança alimentar (LÜTKE, 2015).

De acordo com Gazolla (2004), a produção para o autoconsumo gera autonomia por manter interna a produção na unidade produtiva, ou seja, o autoconsumo, fazendo com que a família dependa cada vez menos das condições externas à unidade de produção para se reproduzir socialmente.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Santana do Livramento, RS, originalmente tem suas raízes fortemente ligadas a pecuária de corte extensiva, mas, com a inserção dos assentamentos da reforma agrária na década de 1990, foram trazidos povos de outros locais do estado e com outros costumes e formas de produzir, foram gerando novas características produtivas e sociais, não somente nas localidades onde residiam, mas em todo o município, conforme foram sendo introduzidos mais assentamentos. Assim, o município amplamente inserido na produção de pecuária de corte, passou a ter sua paisagem agrária fortemente modificada por formas de produzir de base da agricultura familiar, introduzindo e expandindo novos cultivos e criações no município.

Este estudo foi realizado com o intuito de analisar os diferentes estilos de agricultura gerados pelas relações dos agricultores familiares com os mercados externos, verificando dessa forma, as alternativas encontradas pelos agricultores para se reproduzirem socialmente e economicamente, demonstrando sua capacidade de agência. Assim, o estudo buscou avaliar a influência da mercantilização dos agricultores, nos processos de diferenciação social e econômicos no assentamento Liberdade no Futuro. Para isso, fez-se uso da perspectiva dos estudos realizados na temática da mercantilização agricultura e os estilos de agricultura gerados. Para realizar a análise foram estudados seis diferentes Estilos de Agricultura (EA), sendo o EA1 produção de leite, pecuária de corte e fruticultura; o EA2 produção de leite e aposentadoria; o EA3 produção de leite e pecuária de corte; o EA4 produção de leite e pluriatividade; o EA5 produção de leite e soja; o EA6 produção de leite e produção diversificada.

Pode-se verificar no decorrer do estudo, a importância existente entre os agricultores de elevar as áreas de produção, para melhorar as condições de produção, sendo constantemente utilizado entre os agricultores parcerias entre familiares para aumentar as áreas produzidas, dessa forma, a produção de leite tornou-se uma alternativa viável para reprodução socioeconômica das famílias, em vista de gerar uma renda mensal aos agricultores, e ser possível de ter uma produtividade considerável em relação a produção de *commodities* que tem um caráter excludente e concentrador.

Outra importante percepção foi referente à força de trabalho, onde pode ser percebido uma baixa contratação de mão de obra, ocorrendo apenas um caso no EA1, o qual utiliza mão de obra contratada temporariamente nos períodos de tratos culturais dos parrerais e também na colheita, assim, entende-se que a mão de obra familiar é suficiente para realizar os trabalhos nas propriedades,

possivelmente, pela introdução de tecnologias que facilitem as atividades agrícolas e diminuam a penosidade do trabalho.

Quanto aos processos diferenciados de externalização produzidos no contexto da mercantilização, pode-se perceber entre os estilos de agricultura analisados, que os agricultores interagem de diferentes formas com os mercados, alguns com mais ou menos intensidade. Os estilos de agricultura analisados demonstraram um baixo índice de externalização das produções, podendo ser vinculado a inexistência de financiamentos ou empréstimos por parte dos agricultores para financiar as produções, demonstrando que os agricultores não estão fortemente vinculados aos circuitos mercantis. Outro fator importante para essa baixa externalização dos sistemas de produção é o baixo CI existente entre os EA's analisados, o qual demonstra o baixo custo das produções e assim as baixas relações com os mercados. Mas mesmo que baixa, todos os EA's analisados possuem alguma forma de relação com os mercados, demonstrando que os agricultores não vivem em regime de economia autárquica.

As formações das rendas dos estilos de agricultura analisados, demonstram a importância para reprodução socioeconômica dos agricultores, onde as rendas agrícolas representam a maior parte da renda dos agricultores, seguida das rendas provenientes de transferências sociais (aposentadorias) e por fim as rendas provenientes da pluriatividade. De acordo com os dados analisados, pode ser entendido que as rendas não agrícolas possuem grande importância para a reprodução social e econômica das famílias, em vista que 80% das UPA's estudadas possuem alguma renda não agrícola, mas mesmo que as rendas não agrícolas impliquem em um aumento e melhoria nas rendas, não é possível afirmar que seja um estímulo ao abandono da agricultura e uma dedicação crescente às atividades não agrícolas.

A produção para o autoconsumo das famílias tem grande representatividade entre os EA's analisados, em vista de que está presente em todos os estilos de agricultura analisados, mesmo que em diferentes níveis de participação, estas produções de alimentos destinados ao consumo da própria família, representam uma forma de proporcionar maior segurança e soberania alimentar aos agricultores e suas famílias.

Pode-se observar no decorrer do estudo, a existência de diferentes formas de relações dos agricultores com os mercados, revelando diferentes graus de mercantilização dos processos de produção. Gerando dessa forma, diferentes estratégias e formas dos agricultores se relacionarem com os mercados, o que ocasiona estilos de agricultura diferentes, onde, cada família busca alternativas diferentes para se reproduzirem socialmente e economicamente.

REFERÊNCIAS

- CONTERATO, M. A. **A mercantilização da agricultura familiar do Alto Uruguai/RS: um estudo de caso do município de Três Palmeiras/RS.** 2004. 209 f. Dissertação (Mestrado Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S.; WAQUIL, P. D. Estilos de agricultura: uma perspectiva para a análise da diversidade da agricultura familiar. **Ensaio FEE**, v. 31, n. 1, p. 149-186, 2010.
- CONTERATO, M. A. *et al.* Mercantilização e mercados: a construção da diversidade da agricultura na ruralidade contemporânea. In: **Os atores do Desenvolvimento Rural: perspectivas teóricas e práticas sociais.** SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Org.). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 67-89.
- COSTA, V. B. **Efeito das condições climáticas na fenologia da videira européia em Santana do Livramento, Rio Grande do Sul. 2011. 89f.** Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Agronomia)- Programa de Pós-graduação em Agronomia, Universidade Federal de Pelotas, RS.
- GAZOLLA, M. **Agricultura Familiar, Segurança Alimentar e Políticas Públicas: uma análise apartir da produção para autoconsumo no território Alto Uruguai/RS.** 2004. 306 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- GAZOLLA, M; SCHNEIDER, S. O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar. **Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural** (1.: 2005: Porto Alegre).[Anais..]. Porto Alegre: GEPAD-UFRGS, 2005., 2006.
- GONÇALVES, J. O. N. Campos naturais da região da Campanha do Rio Grande do Sul: características, potencial de produção, capacidade de suporte e sustentabilidade. **Embrapa Pecuária Sul-Circular Técnica (INFOTECA-E)**, 1999.
- GONZÁLEZ, S. R; PEREIRA, V.C; DAL SOLGIO, F.K. A perspectiva orientada ao ator em estudos sobre desenvolvimento rural. **Perspectivas Rurales Nueva Época**, n. 25, p. 101-121, 2015.
- GRISA, C; SCHNEIDER, S. Fatores Determinantes na produção para autoconsumo na agricultura familiar: um estudo comparativo no Rio Grande do Sul. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, v. 17, n. 2, 2008.
- LONG, N; PLOEG, J. D. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais.** Porto Alegre: PGDR/UFRGS, 2011.
- LÜTKE, V. **A Mercantilização da Agricultura Familiar em assentamento no município Santana Do Livramento/RS.** 2015. 95f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial) Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Santana do Livramento, 2015.

NESKE, M. Z. **Estilos de agricultura e dinâmicas locais de desenvolvimento rural: o caso da Pecuária Familiar no Território Alto Camaquã do Rio Grande do Sul.** 2009. 207 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

NESKE, M. Z. et al. Entre a mercantilização da agricultura e a reprodução familiar: diversificação produtiva entre os pecuaristas familiares do território Alto Camaquã no Rio Grande do Sul. In: **Embrapa Pecuária Sul-Artigo em anais de congresso (ALICE)**. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE DESARROLLO LOCAL, 2.,; JORNADAS NACIONALES EN CIENCIAS SOCIALES Y DESARROLLO RURAL, 1., 2010, San Justo. Actas... San Justo: Universidad Nacional de La Matanza, 2010., 2010.

NIEDERLE, P. A. Mercantilização, diversidade e estilos de agricultura. **Revista Raízes**, v. 25, n. 1, p. 37-47, 2006.

NIEDERLE, P. A. **Mercantilização, estilos de agricultura e estratégias reprodutivas dos agricultores familiares de Salvador das Missões, RS.** 2007. 219 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

NIEDERLE, P. A.; GRISA, C. Diversificação dos meios de vida e acesso a atores e ativos: uma abordagem sobre a dinâmica de desenvolvimento local da agricultura familiar. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, v. 5, n. 61, p. 41-69, 2008.

PERONDI, M. A. Mercantilização da Agricultura Familiar. In: Dirceu Basso; Nadia Scariot. (Org.). **Gestão da Unidade de Produção e Vida Familiar: gestão em desenvolvimento com ênfase em cooperativismo.** 1 ed. Francisco Beltrão: GRAFISUL, 2009, v. 1, p. 11-26.

PETERSEN, P.; SILVEIRA, L.M.; FERNANDES, G.B; ALMEIDA, S.G.; **Método de Análise Econômico-Ecológica de Agroecossistemas.** 1.ed. Rio de Janeiro, AS-PTA 2017.

PLOEG, J. D. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: **Ecología, campesinado e historia**, 1993. p. 153-195.

PLOEG, J. D. O modo de produção camponês revisitado. **A diversidade da agricultura familiar**, p. 13-54, 2006.

PLOEG, J. D. **Sete teses sobre a agricultura camponesa.** Revista Agricultura: experiências em agroecologia, Rio de Janeiro: AS-PTA, p. 17-32, out. 2009.

PLOEG, J. D. **Dez qualidades da agricultura familiar.** Revista Agricultura: experiências em agroecologia, Rio de Janeiro: AS-PTA, 2014.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. In: **Estudos sociedade e agricultura**. Rio de Janeiro, RJ. N. 16 (abr. 2001), p. 164-184, 2001.

SCHNEIDER, S. et al. A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. In: **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 137-164, 2006.

SCHNEIDER, S; NIEDERLE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, p. 989-1014, 2008.

TOLEDO, V. M. La racionalidad ecológica de la producción campesina. In: **Ecología, campesinado e historia**. La Piqueta, 1993. p. 197-218.

TORRES, J. E. H. A pecuária familiar uma realidade pouco conhecida: estudo de caso sobre a caracterização e análise sócio-econômica da pecuária familiar no município de Santana do Livramento/RS. 2001. 176 f. **Monografia (Especialização em Desenvolvimento Rural)–Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.**

WIKIPÉDIA. Santana do Livramento (Rio Grande do Sul). 2019. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Sant%27Ana_do_Livramento. Acesso em: 20 de out. 2019.

APÊNDICE

ROTEIRO DE PESQUISA DE CAMPO

Agricultor(a): _____

Localidade: _____

Município: _____ **Distância do município:** _____

Telefone: _____ **Data:** ____/____/____

Início (hs): _____ **Fim (hs):** _____

CARACTERIZAÇÃO FUNDIÁRIA

a) Estrutura fundiária

Situação fundiária	Própria	Em parceria		Arrendamento		Cessão de Uso		Outros
		De terceiro	Para terceiro	De terceiro	Para terceiro	De terceiro	Para terceiro	
Área total (ha)								
Preço médio da terra R\$/ha:								

b) Formas de acesso a terra

Itens	Hectares
Através de herança	
Compra de parentes	
Compra de terceiros	
Através de doação	
Outros	

Origem da família? Tempo na região?

Houve mudança recente no sistema de produção? (diminuição do efetivo de animais, aumento lavoura, silvicultura, troca sistema criação,diminuição terra, etc)

CROQUI DA PROPRIEDADE (FAZER NO VERSO DA FOLHA).

*Construir junto com o (a) entrevistado Se tiver duas ou mais áreas (própria, ou arrendada), fazer o croqui de cada área.

** Prestar atenção nos subsistemas de produção existentes.

USO DA TERRA

Item	Área (ha)	
	Própria	Outros (arrendada, parceria)
Lavouras anuais (inverno) – (ex. trigo)		
Lavouras anuais (verão) –(ex. Soja, milho		
Culturas Permanentes (laranja, pêsego, uva, etc)		
Culturas Permanentes		
Pastagem native		
Pastagem cultivada inverno		
Pastagem cultivada verão		
Floresta native		
Capoeiras		
Silvicultura		
Benfeitorias		
Área inapropriada		

Açudes		
--------	--	--

CARACTERIZAÇÃO SOLO E RELEVO

Textura do solo

- () Pedregoso % _____ () Argiloso% _____
 () Arenoso % _____
 () Outro _____

RELEVO

- () acidentado % _____ () fortemente acidentado % _____
 () ondulado % _____ () levemente ondulado % _____ () plano% _____

Observações: BENFEITORIAS

Especificações	Dimensões (m, m ² , há)	(1)	Idade (anos)	Valor estimado (R\$)
		Alvenaria		
		(2) Madeira		
		(3) Mista		
Casa				
Galpão				
Mangueiras				
Banheiro de animais				
Açudes				
Balança				
Cercas				
Aviário				
Pocilga				
Outros				

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS (EX. TRATOR, ROÇADEIRA, COLHEITADEIRA, REBOQUE, ETC)

Especificações	Idade (anos)	Valor estimado (R\$)
Trator		
Roçadeira		
Colheitadeira		
Reboque		
Tobata		
Grade		
Arado		

Caminhão		
Triturador		
Semeadora mecânica		
Plantadeira		
Carroça		
Capinadeira		
Outros		

ÁGUA, LUZ, ESGOTO

Energia elétrica () sim () não
 Água encanada () sim () não
 Instalações hidrosanitárias () sim () não

COMPOSIÇÃO FAMILIAR

Nome	Grau de parentesco ¹	Idade	Residência ²	Escolaridade ³

¹ Titular, cônjuge, filho (a), genro (a), etc

² Unidade de produção, cidade, etc

³ Nenhum ano cursado, 1º grau incompleto, 1º grau completo, 3º grau incompleto, sem idade escolar

DEDICAÇÃO À UPA: HORAS/DIA OU DIA/SEMANA/MÊS

Dedicação à UPA	Homem	Mulher	Jovem Homem	Jovem Mulher
Trabalho doméstico				
Pluriatividade				
Participação social				
Trabalho para a produção de mercadorias e para a produção de autoconsumo				

Hortigranjeiros								
Alface								
Couve								
Cenoura								
Rúcula								
Repolho								
Tomate								
Salsa								
Ervilha								
Beterraba								
Pepino								
Pimentão								
Cebola								
Brócolis								
Chuchu								
Melancia								

**** ex. (vizinhos, feiras, cooperativas, intermediários, frigoríficos, remates, empresas privadas se estiver integrado, Mercado Institucional, etc)**

Pato										
Galinhas										
Marreco										
Lã										

* ex. (vizinhos, feiras, cooperativas, intermediários, frigoríficos, remates, empresas privadas se estiver integrado, etc)

				EVOLUÇÃO NO ULTIMO ANO	
COLMÉIAS	N.º DE CAIXAS	Auto consumo (KG)	Valor médio (R\$/Kg)	Comercializada	Onde comercializa
Rústica					
Moderna					
TOTAL DE ANIMAIS					

				EVOLUÇÃO NO ULTIMO ANO	
PEIXES / ESPÉCIE	Nº de tanques	Auto Consumo (KG)	Valor médio (R\$/Kg)	Comercializada	Onde comercializa
TOTAL DE ANIMAIS					

* ex. (vizinhos, feiras, cooperativas, intermediários, frigoríficos, remates, empresas privadas se estiver integrado, etc)

PRODUÇÃO / DESTINO DO LEITE E DERIVADOS

	Prim./Ver	Out/Inv
N.º VACAS EM LACTAÇÃO		
QTDE PRODUZIDA VACA/DIA		
QTDE PRODUZIDA TOTAL		
CONSUMO PRÓPRIO		
PREÇO MÉDIO VENDA (R\$)		
AGENTE COMPRADOR		

PRODUTOS PROCESSADOS OU BENEFICIADOS NA U.P.A

(Usar produção por dia, semana, mês ou ano)

Produto	Unidade	Quantidade e produzida	Preço venda (R\$)	Quantidade vendida	Onde comercializa*	Autoconsumo família
Queijo						
Salame						
Banha						
Conservas						
Artesanato						
Ovos						
Leite						
Bolacha						
Pão						
Compotas						

* ex. (vizinhos, feiras, cooperativas, intermediários, , empresas privadas se estiver integrado, etc)

Cultura:						Cultura:					
Insumo	Produto	Nº tratamento/ano	Época ano	Quant.	R\$/ano Ou Valor Unidade	Insumo	Produto	Nº tratamento/ano	Época ano	Quant.	R\$/ano Ou Valor Unidade
herbicida						herbicida					
fungicida						fungicida					
Inseticida						Inseticida					
Insumo	Quant.	Valor Unitário	unid.	Valor Total		Insumo	Quant.	Valor Unitário	unid.	Valor Total	
semente						semente					
adubo						adubo					
Calcário						Calcário					
óleo diesel Plantio/colheita/transporte						óleo diesel Plantio/colheita/transporte					
Trator (terceiro)						Trator (terceiro)					
Colheita (terceiro)						Colheita (terceiro)					
Transporte (terceiro)						Transporte (terceiro)					
Manutenção						Manutenção					

Observações:

Cultura:						Cultura:					
Insumo	Produto	Nº tratamento/ano	Época ano	Quant.	R\$/ano Ou Valor Unidade	Insumo	Produto	Nº tratamento/ano	Época ano	Quant.	R\$/ano Ou Valor Unidade
herbicida						herbicida					
fungicida						fungicida					
Inseticida						Inseticida					
Insumo	Quant.	Valor Unitário	unid.	Valor Total		Insumo	Quant.	Valor Unitário	unid.	Valor Total	
semente						semente					
adubo						adubo					
Calcário						Calcário					
óleo diesel Plantio/colheita/transporte						óleo diesel Plantio/colheita/transporte					
Trator (terceiro)						Trator (terceiro)					
Colheita (terceiro)						Colheita (terceiro)					
Transporte (terceiro)						Transporte (terceiro)					
Manutenção						Manutenção					

Observações:

INSUMOS DAS ATIVIDADES DE CRIAÇÃO*

Controle de Endo e Ectoparasitas				
Carrapaticida	Produto	N° trat/ ano	Época ano	R\$/ano
Bovinos Corte				-
Bovinos Leite				
Mosquicida				
Mosquicida	Produto	N° trat/ ano	Época ano	R\$/ano
Bovinos Corte				
Bovinos Leite				
Ovinos				
Eqüinos				
Caprinos				
Vermifugação				
Vermifugação	Produto	N° trat/ ano	Época ano	R\$/ano
Bovinos Corte				
Bovinos Leite				
Ovinos				
Eqüinos				
Caprinos				
Aves				
Suínos				
Bernes/bicheira				
Bernes/bicheira	Produto	N° trat/ ano	Época ano	R\$/ano
Bovinos Corte				
Bovinos Leite				
Ovinos				
Eqüinos				
Caprinos				
Controle de doenças Bovinos de Corte				
Vacinação	Produto	N° trat/ ano	Época ano	R\$/ano
Aftosa				
Brucelose				
Carb. Sint. Gangrena				
Carb. Hemático				
Tristeza				

Controle de doenças Bovinos de Leite				
Vacinação	Produto	N° trat/ ano	Época ano	R\$/ano
Aftosa				
Brucelose				
Carb. Sint. Gangrena				
Carb. Hemático				
Tristeza				
Suplemento Bovinos de Corte				
Suplemento	Quantidade/ano	Época ano	Custo/Un Ou Total	
Sal				
Ração				
Concentrado				
Feno				
Semen				
Suplemento Bovinos de Leite				
Suplemento	Quantidade/ano	Época ano	Custo/Un Ou Total	
Sal				
Silagem				
Milho				
Ração				
Concentrado				
Feno				
Semen				

Utiliza roçadas das pastagens ? () sim () não. Por que razões?

No caso sim, qual a época do ano e frequência na mesma?

Época do ano

() outono

() inverno

() primavera

() verão

Frequência

() todo ano

() quando é possível

() Outros _____

Tipo de pastoreio a. () contínuo b. () rotativo

Utiliza rotação de culturas das pastagens com outras espécies? Quais? (ex. soja verão e azevém inverno)

OUTRAS ATIVIDADES ECONÔMICAS NÃO-AGRÍCOLAS

Tipo de atividade	Períodicidade		Valor (R\$)	Pessoa da Família
	Mês	Ano		
Aposentadorias				
Pensões				
Aluguel				
Arrendamento				
Bolsa Família				
Outros				

CRÉDITO E FINANCIAMENTO

Instituição (A)	Destino (B)	Especificar destino no sistema de produção (ex. compra gado, compra ovelha, lavoura soja, compra trator, etc)	Período Carência (C)	Valor Financiado (R\$) total	Nº Parcelas	Valor da prestação (R\$) (Indicar se é mês/ano)

Código

(A)	(B)	(C)
1 Banco (Qual?)	1 custeio agrícola	1 Sim
2 Cooperativa	2 custeio pecuária	2 Não
3 Fundo Municipal	3 comercialização agrícola	Atenção: Perguntar o mês e ano do empréstimo.
4 Vizinho	4 comercialização pecuária	
5 Parentes	5 Investimento agrícola	Atenção: verificar se está pagando mais de um empréstimo no ano agrícola
6 Pronaf	6 investimento pecuária	
7 RS- Rural		
8 Outros (Qual?)		

22 Outros gastos

Discriminação	R\$ (mês/ano)
Sindicato	
Luz	
Telefone	
Gasolina (relativo as atividades produtivas)	
Frete	
Arrendamentos	

AMBIENTE SOCIOECONÔMICO

- a. Recebe algum tipo de assistência técnica? Qual?

- b. O Sr.(a) faz algum tipo de contabilidade dos gastos e receitas? Por que?

PARTICIPAÇÃO SOCIAL DA FAMÍLIA NA COMUNIDADE LOCAL E/OU
MUNICÍPIO:

Especificação	Informar se participa
Associação local de produtores e/ou criadores	() Sim () Não
Cooperativas	() Sim () Não
Sindicato dos trabalhadores	() Sim () Não
Associação das mulheres/ clube de mães	() Sim () Não
Associação vinculada a igreja (pastoras, cantos)	() Sim () Não
Clube se futebol, bocha, rodeio, etc	() Sim () Não
Partido Político	() Sim () Não
Outros (especificar)	() Sim () Não
	() Sim () Não
	() Sim () Não

Satisfação da família em relação a atividade que exerce

() muito satisfeito () satisfeito () insatisfeito () não respondeu

Comente.

- a. Quais as principais dificuldades da atividade que exerce?
- b. O que representa para o Sr. (a) morar no meio rural? O Sr. (a) trocaria o campo pela cidade?
- c. O Sr. (a) tem perspectivas na agricultura e vê futuro para a sua família nessa atividade?
- d. O Sr.(a) gostaria que seus filhos seguissem a profissão de pecuarista/agricultor?
- e. No seu entendimento o que seria necessário para melhorar a situação da pecuária/agricultura em geral?